

JOSÉ LINO DA SILVA FURTADO

**HISTORIOGRAFIA DO ALFABETO E DA
ESCRITA DO CABO-VERDIANO**

ANÁLISE DAS PROPOSTAS de 1888 - 2009

A B C H D E F G I J H J K L M N H N O P R R R S T U V X Z
A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z
A B C D E F G H I J L M N O P K R S T U V Z
A B S D E F G H I J D J L L H M N N H Ñ O P K R T U V X T X Z
A B D E F G H I J K L M N Ñ O P R S T U V X Y Z

**LICENCIATURA EM ESTUDOS CABO-VERDIANOS
E PORTUGUESES**

UNI-CV, JANEIRO DE 2010.

JOSÉ LINO DA SILVA FURTADO

**HISTORIOGRAFIA DO ALFABETO E DA
ESCRITA DO CABO-VERDIANO
ANÁLISE DAS PROPOSTAS De 1888 - 2009**

Trabalho Científico apresentado na UNI-CV para a obtenção do grau de Licenciado em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses sob a orientação do Mestre Emanuel de Pina.

Os Membros do Júri:

UNI-CV, _____ de _____ de 2010.

Dedico este trabalho à minha amada mãe Hermínia da Silva Varela, aos meus filhos Vágner Jordão Furtado e Márcia Janaína Furtado e aos meus irmãos pelo apoio e compreensão em particular à Maria de Jesus Costa (Sheila).

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Introdução	8
1. Pergunta de partida	9
2. Objectivos.....	9
2.1 Objectivo geral	9
2.2 Objectivos específicos	9
3. Metodologia.....	9
4. Enquadramento teórico.....	10
4.1 Breve contextualização sobre a história e a normalização da escrita	10
4.2 Breve contextualização sobre a história da escrita do Cabo-Verdiano	11
5. Estrutura do Trabalho.....	16
CAPÍTULO I.....	17
A HISTÓRIA DO ALFABETO E DA ESCRITA: UMA VISÃO PANORÂMICA	17
1.1 Introdução	17
1.2 Definição de Alfabeto.....	17
1.3 Língua oral e língua escrita.....	19
1.4 Tipos de Escrita	26
1.4.1 Nota breve	26
1.4. 2. 1 Ortografia e tipos de escrita	28
1.5 A situação linguística em Cabo Verde	29
1.5.1 A situação da língua oral (uso primário)	30
1.5.2 A situação da língua escrita (uso secundário)	35
CAPÍTULO II	39
TENTATIVAS DA ESCRITA DO CABO-VERDIANO	39
2.1 – Nota Prévia	39
2.2 O processo da escrita em Cabo Verde	40

2.3 Participação de A. de Paula Brito (1888).....	42
2.3.1 Alguns esclarecimentos suplementares sobre o alfabeto proposto por A. de Paula Brito.....	44
2.4 Contribuição de Pedro Cardoso	45
2.4.1. Algumas explicações relativas ao alfabeto proposto por Pedro Cardoso.....	46
2.5 Semelhanças e diferenças entre A. De Paula Brito e Pedro Cardoso	47
2.5.1. Semelhanças.....	47
2.5.2. Diferenças	48
2.6 A Escrita de Eugénio Tavares	50
2.7 Napoleão Fernandes	50
2.8 A Escrita de Sérgio Frusoni.....	51
2.9 Proposta do Colóquio de Mindelo 1979	51
2.9.1. Enquadramento Breve	51
2.9.2 Outras Leituras do Colóquio de Mindelo 1979.....	52
2.10 Fórum Internacional de Alfabetização Bilingue – 1989	55
2.10.1 A Proposta do Alfabeto de 1989	56
2.10.2 Enquadramento breve.....	56
2.10.3 Composição do Alfabeto Proposto.....	56
2.10.4 Princípios e fundamentos	57
2.10.5 Justificação das grafias palatais	57
2.11 Resultados da Comissão da Padronização do Alfabeto e ALUPEC.....	58
2.11.1 Socialização do ALUPEC	59
2.11.2 Funcionalidade do ALUPEC.....	60
2.11.3 Da Funcionalidade e Disfuncionalidade do Alfabeto de Base Fonológica	60
2.11.4 Mesa Redonda Sobre Avaliação do ALUPEC (2008)	61
CAPÍTULO III.....	63
LINHAS CONCLUSIVAS	63
ANEXO.....	71

Agradecimentos

Começaria por agradecer a Deus que me concedeu o Dom da vida e à minha mãe com ajuda daqueles que me ensinaram qual é o seu significado e o valor que a mesma tem.

De igual modo gostaria de agradecer ao meu orientador, Mestre Emanuel de Pina, pela dedicação e empenho com que orientou este trabalho. A sua paciência, lucidez, competência e confiança nas orientações. Sem esquecer da sua persistência, indicações e críticas construtivas para que este trabalho hoje se efectivasse.

Para à minha mãe Hermínia e ao meu pai Adriano (Dja di Txinu), meus irmãos Lucy, Tide, Sheila, Marisa, Bruno de Anunciação e toda a família pelo apoio, esforço, sacrifício e muito carinho que me demonstraram ao longo da minha formação na Praia.

Queria agradecer a minha professora de EBI- Emília Galina Fortes – Orisa de Edgar, pelos ensinamentos e apoio. De igual modo Inês Teixeira – Luia; Teresa di Piga, Pe. Santana pelos apoios prestados e livros didáticos-pedagógico que facilitaram a minha formação. Que Deus o tenha na sua glória. Ainda a M^a dos Reis (Maexi) pela coragem e incentivo e disponibilidade demonstrada apesar da fragilidade da sua saúde. E todas as outras pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para o enriquecimento e conclusão do curso.

Ainda gostaria de agradecer, de uma maneira mais profunda, o casal Sousa e Linete; Adélcia Pires – Primeira-dama; Tia Lúcia Monteiro; Casa do Cidadão; Ernestina Veiga – Directora da Escola Secundária Abílio Duarte, Eulália Cândida (Nha Beba di Nhu Papaxu), pelo apoio financeiro e moral. Bem haja a todos.

Queria agradecer em particular os companheiros do curso e aos professores. Ainda queria agradecer os colegas de casa: Sheila, Ana Paula, Elsa, Ady e Xibiote, pela compreensão e apoio ao longo deste tempo.

Em fim, a todos que, duma maneira ou doutra, contribuíram para a realização deste trabalho. Queria lembrar aqui a memória de – Maria dos Anjos, amiga e conselheira.

Introdução

Este trabalho foi elaborado com o intuito de obtenção do grau de licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses. O título é: “Historiografia do Alfabeto e da Escrita do Cabo-verdiano: análise das propostas de 1888 a 2009”.

Tendo em ponderação as diferentes tentativas de padronização do Cabo-Verdiano, uma análise pormenorizada dos diversos alfabetos propostos e da sua escrita permite-nos investigar os seus pontos semelhantes e divergentes, e estudar as contribuições e conclusões sucedidas a partir da descrição e da utilização dos mesmos.

Nesta linha de ideias, debruçar-nos-emos sobre a tentativa de padronização e da escrita do Cabo-Verdiano desde A. de Paula Brito (1888) até ao Alfabeto Cabo-Verdiano (2009), verificando os seus resultados no que se refere às propostas da oficialização do alfabeto e da escrita do Cabo-Verdiano.

O nosso interesse pelo estudo da problemática da língua cabo-verdiana (LCV) começou muito cedo em Tarrafal de Santiago (nossa terra natal) aquando da convivência directa com o Pároco da Freguesia de Santo Amaro Abade, *Reverendíssimo Pe. Manuel da Silva Santana*, missionário da Congregação do Espírito Santo, que tinha sido destacado em missão no Concelho. Traduzia *ad libitum* as leituras e os Evangelhos dos Domingos da Língua Portuguesa para o Cabo-Verdiano.

A conversa tida com professores, linguistas, colegas, e entidades com conhecimento sobre a matéria e as diferentes leituras relacionadas com o assunto tornaram mais relevante o nosso interesse, e serviram-nos de base para clarificar e delimitar o objecto de estudo deste trabalho.

Uma outra motivação prende-se com o facto de a língua cabo-verdiana estar a conhecer, nos últimos anos, um contexto em que se está a perspectivar a sua oficialização em paridade com o Português.

Pensamos que este estudo, apesar da sua limitação, reveste de particular importância, uma vez que há interesse de diferentes classes, particularmente a dos linguistas na padronização e normalização da LCV.

1. Pergunta de partida

As razões que serviram de base para esta pesquisa estão subjacentes à seguinte questão de partida:

- Tendo em conta todo o historial do Alfabeto e da Escrita do Cabo-Verdiano, bem como as diversas tentativas da sua padronização e normalização, que balanço se pode efectuar a partir do panorama destes dados?

Ao longo desta investigação, pretende-se encontrar algumas respostas para estas questões previamente seleccionadas, ou seja, tentar conhecer e as características da Escrita e do Alfabeto Cabo-Verdiano.

2. Objectivos

O presente trabalho define-se tendo em vista os objectivos gerais e específicos, a saber:

2.1 Objectivo geral

Efectuar um estudo sobre as diferentes tentativas de padronização da escrita do cabo-verdiano.

2.2 Objectivos específicos

- Analisar e descrever as diferentes tentativas de padronização e normalização da escrita do cabo-verdiano;
- Identificar os autores que se debruçaram sobre o estudo dos vários alfabetos para a escrita do cabo-verdiano, bem como o período em que estes tiveram lugar;
- Efectuar o estudo da problemática do alfabeto e da escrita do cabo-verdiano.

3. Metodologia

A metodologia encontra-se centrada em noções como história da escrita e do alfabeto, com o objectivo de efectuar, num primeiro momento, um enquadramento

teórico sobre a história das línguas, quais sejam: as línguas românicas, de um modo geral e, em particular, as línguas portuguesa (LP) e Língua Cabo-Verdiana (LCV).

Num segundo momento, far-se-á a análise e descrição das tentativas da padronização da escrita e do alfabeto cabo-verdiano desde 1888 a 2009.

Este trabalho foi efectuado com base em vários pressupostos realizados em torno da Escrita e do Alfabeto do Cabo-Verdiano, vários outros trabalhos de mérito produzidos desde a primeira tentativa de A. de Paula Brito até então Alfabeto Cabo-Verdiano.

Não pretendemos fazer um estudo exaustivo sobre o tema proposto. Trata-se de um estudo descritivo que poderá ser útil a outras investigação nessa área e sobretudo para a valorização da língua nacional em trabalhos futuros.

4. Enquadramento teórico

4.1 Breve contextualização sobre a história e a normalização da escrita

Segundo Fromkin e Rodman (1993:158), existem diversidades de escrita desenvolvidas que se foram adaptando até aos nossos dias, devido ao seu carácter convencional. Também a este propósito, Faraco (1998) afirma:

“As línguas estão envolvidas num complexo de fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação. Vale dizer, as línguas têm história, constituem uma realidade em constante transformação no tempo”.

(Faraco 1998:57)

Faroco, pois, parece confirmar que as línguas não são estáticas mas sim dinâmicas, isto deve-se ao factor temporal – evolução. As línguas são organismos vivos que estão em constante mudança. Todos os dias nascem novas palavras, novos usos para as palavras já existentes, novos empréstimos, enfim, diariamente, a língua se modifica.

Na perspectiva de Fromkin e Rodman (1993), a escrita desenvolvida pelos sumérios denominada “escrita cuneiforme” passou a representar palavras da língua e os sumérios passaram a possuir um verdadeiro sistema de escrita por palavras.

O sistema de “escrita cuneiforme” foi adoptado por bastante povos, nomeadamente, pelos assírios ou babilónios, quando conquistaram os sumérios e mais

tarde pelos persas. Ao adoptarem a escrita cuneiforme para as suas próprias línguas, os novos utentes usaram-na para representar os sons das sílabas das suas palavras. Desta maneira, a escrita cuneiforme evoluiu para um sistema de escrita por sílabas.

Estes autores afirmam que num sistema de escrita por sílabas, cada sílaba da língua tem o seu próprio símbolo. Os sistemas silábicos de escritas são mais eficazes do que os sistemas de escrita por palavras e sobrecarregam seguramente menos a nossa memória. Os sistemas alfabéticos são sistemas em que cada símbolo representa um fonema (Fromkin e Rodman 1993:158).

A escrita alfabética e os seus sistemas foram um dos maiores feitos da civilização. Segundo Fromkin e Rodman (op. cit.), são fáceis de aprender, práticos de usar e extremamente eficientes na descrição de qualquer língua humana.

Sobre a Normalização Linguística, Duarte (2000:27) afirma que a identidade e a difusão da língua padrão supõem a produção de instrumentos de normalização linguísticos, cuja função é descrever a estrutura e o léxico dessa variedade, bem como fixar as regras do seu registo escrito. Contam-se entre os mais importantes: dicionários, gramáticas, tratados de ortografia e prontuários ortográficos.

Para a língua portuguesa, por exemplo, o processo de normalização linguística acompanha o movimento geral ocorrido durante o Renascimento, decorrente da valorização das línguas vernáculas em detrimento do Latim, e fortemente influenciado pela invenção da imprensa, que constituiu uma condição indispensável para o alargamento da comunidade de falantes alfabetizados (Duarte *ibidem*).

Foi durante o período clássico que surgiram as primeiras gramáticas da língua portuguesa – a de Fernão de Oliveira, em 1536 e a de João de Barros, em 1540, o primeiro dicionário de português – latim e Latim-português de Jerónimo Cardoso, em 1570 e a *Ortografia da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão, em 1576 (cf. Mateus et al op. cit: *ibidem*).

Tomando este panorama dos dados, pode dizer-se que a identidade e a difusão da língua padrão exigem a construção de instrumentos de normalização linguística. Nas sociedades contemporâneas, a escola e as terminologias técnicas e científicas têm um papel essencial no processo de normalização linguística (cf. Duarte op. cit. *ibidem*).

4.2 Breve contextualização sobre a história da escrita do Cabo-Verdiano

O Cabo-Verdiano é uma língua crioula de base portuguesa que se formou algumas décadas após o início da ocupação do arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente na ilha de Santiago a partir de 1462 e mais tarde no Fogo. Chama-se crioulo por duas razões: uma de carácter histórico e outra de carácter linguístico. No século XVI, usava-se a palavra crioulo (originalmente, “pequena cria”) para designar os escravos que se criavam nas terras descobertas e ocupadas pelos portugueses. O termo estendeu-se, depois, a todos os “naturais” dessas terras, nelas nascidos, e, finalmente, passou a designar também as línguas por eles faladas (Pereira s/d)¹.

Diz-se, ainda, que uma língua é um crioulo quando surge em condições sociolinguísticas muito especiais que obrigam à coexistência, numa comunidade relativamente estável, de falantes de línguas maternas diferentes que não se entendem mutuamente mas que, para sobreviverem, necessitam urgentemente de comunicar. Nestas condições, a língua adoptada pela comunidade é, por razões sociais, a do grupo dominante que em geral é muito inferior, em número, ao dos falantes das outras línguas maternas (Pereira *ibidem*).

Com a independência de Cabo Verde, em 1975, houve uma mudança substancial na atitude para com o Crioulo. Este passou a ser considerado língua nacional e passou a ser também usado em todas as situações sociais, mesmo naquelas em que, por razões políticas, se esperava o uso da língua oficial. No entanto, a pesada herança do passado ainda se fez sentir por muito tempo.

O facto de o Crioulo, apesar de ser a língua materna de todos os cabo-verdianos, não ter sido estudado nem ensinado, nem usado nos contextos oficiais, atrasou a sua oficialização.

Para que uma língua possa ser oficial é necessário que passe, previamente, por um processo de normalização e por um processo de instrumentalização. A normalização consiste na escolha de uma variedade para servir de norma e a instrumentalização passa pela criação de meios de fixação e difusão dessa variedade. Assim, é necessário que a língua seja dotada de uma ortografia, que seja descrita numa gramática, que haja dicionários que fixem a forma das palavras e definam o seu valor semântico. É também indispensável que se criem as condições para o seu ensino e uso literário e que se promova a sua divulgação nos meios de comunicação de massas (cf. Pereira *ibidem*).

¹ Veja-se Pereira in Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC)

Se no século XX o Cabo-Verdiano conquistou o merecido estatuto de língua materna e nacional, o processo da sua instrumentalização escrita, porém, data do séc. XIX (Veiga 1996:25seg.).

Veiga (op. cit.) afirma que a primeira tentativa de descrição do cabo-verdiano que se conhece é de 1880. Trata-se de um trabalho intitulado: «*Os Dialectos Românicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América*», da autoria de Francisco Adolfo Coelho. O referido estudo baseia-se na procura de correspondências entre o Cabo-Verdiano e o Português através das traduções das cartas. O mesmo apresenta observações fonéticas, morfológicas e lexicográficas sobre o Cabo-Verdiano (cf. Veiga *ibidem* e B.O. nº 11 de 16 de Março de 2009).

Em 1886, Joaquim Vieira Botelho da Costa e Custódio José Duarte publicam: «*O Crioulo de Cabo Verde: Breves Estudos sobre o Crioulo das Ilhas de Cabo Verde*», com seguinte estrutura: a primeira parte dá conta de informações genéricas sobre as ilhas e sobre os termos que indicam tratamento de cortesia, bem como ainda a representação consonântica e ditongal existente; a segunda parte refere à morfologia: nomes, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições (breves incursões); e a terceira parte traduz nas variantes dialectais de algumas ilhas «*Parábola do Filho Pródigo*» texto Bíblico (cf. B.O. nº 11 de 16 de Março de 2009).

A primeira tentativa de gramática conforme se descreve neste Boletim Oficial, é da autoria de António de Paula Brito em 1885 e publicado em 1888, cujo título é: «*Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na Ilha de Santiago de Cabo Verde*» (B.O. nº 11 *ibidem*).

Encontra-se publicado no Boletim da Sociedade da Geografia de Lisboa (1967) o referido trabalho em que se lê na página (331) a confirmação daquilo que acima ficou expressa:

“*Lembraí-vos que é o primeiro trabalho neste género que possuímos, sendo certo que para o levar a cabo nem um só escrito crioulo encontrei que me servisse de guia*”.

(Cf. Boletim de Sociedade Geografia Lisboa 1967:331)

Para além do primeiro estudo científico sobre o Cabo-Verdiano feito por A. de Paula Brito, houve várias outras tentativas preconizando a instrumentalização do Cabo-

Verdiano. Na mesma linha, são os precursores dos estudos descritivos do Cabo-Verdiano. Vejam-se alguns autores que se destacaram:

Pedro Monteiro Cardoso escreveu «*Noções Elementares de Gramática*» em 1933. Este estudo compreende a Fonética, Morfologia e Sintaxe. Napoleão Fernandes, a partir de 1920, iniciou um trabalho sobre «*Léxico do Dialecto Crioulo de Cabo Verde*». Luís Romano publica, em 1970, um glossário integrado na obra «*Cabo Verde – Renascença de uma Civilização no Atlântico Médio*» (cf. Boletim de Sociedade Geografia de Lisboa: 1967: 26).

No campo científico, em 1957, o filólogo - Baltazar Lopes da Silva - deu a estampa o trabalho intitulado: «*O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*» (Boletim de Sociedade e Geografia de Lisboa op. cit.27). De acordo com as informações colhidas nesse Boletim, Baltazar descreve alguns aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos, sobretudo da variante de S. Nicolau, para além de um pequeno léxico (Boletim de Sociedade Geografia de Lisboa: *ibidem*).

Regista-se ainda um outro trabalho científico de Maria Dulce de Oliveira Almada publicado em 1961, cujo título é: «*Cabo Verde – contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no seu Arquipélago*» (Boletim de Sociedade e Geografia de Lisboa: *ibidem*).

Com a Independência Nacional de Cabo Verde em 1975, começara uma nova fase de instrumentalização do Cabo-Verdiano. Vejam-se algumas dessas tentativas: a primeira depois da Independência foi a realização de um Colóquio Linguístico na Cidade de Mindelo em S. Vicente em 1979 sobre o tema «*A Problemática do Estudo e da Valorização do Crioulo*», onde surgiria uma proposta de alfabeto de base fonológica. Na sequência do Colóquio de Mindelo, Manuel Veiga escreveu «*Diskrison Strutural de Língua Kabuverdianu*» (1982). Publicam-se também uma outra obra «*O Crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*» (1989), do autor Eduardo Cardoso. No mesmo ano (1989), foi criada a Comissão Nacional para a Língua Cabo-Verdiana. Junta-se um órgão Consultivo do Governo, para implementação de políticas linguísticas visando a defesa e a valorização da língua Cabo-verdiana» (cf. BO nº 25, de 28/06/89 – suplemento *apud* Veiga 1996: 27).

Um outro passo marcante na defesa e valorização do Cabo-Verdiano foi realizado na Cidade da Praia. Trata-se do «*Fórum de Alfabetização Bilingue*». Foi apresentado um documento intitulado «*crioulo de Cabo Verde – esboço de Gramática*» da autoria da

linguista portuguesa Dulce Fanha (Veiga: *ibidem*).

Veiga afirma que um longo percurso histórico e alguns passos seguros em defesa e valorização do Cabo-Verdiano foram dados. No entanto, sentiu-se a necessidade de um alfabeto oficial e padrão (Veiga: *ibidem*).

Ciente dessa necessidade de padronização do Cabo-Verdiano e oficialização de um alfabeto, foi criado em Novembro de 1993 uma «*Comissão Nacional para a Padronização do Alfabeto*», com o propósito de investigar e apresentar uma proposta unificada do alfabeto que melhor adaptasse à língua materna (cf. Veiga: *ibidem*).

A referida Comissão trabalhou num horizonte temporal de seis meses e apresentou uma proposta de Alfabeto Unificada para a Escrita do Cabo-Verdiano – ALUPEC – fonológico na função e largamente etimológico na representação (Veiga op. cit.:27).

Segundo as descrições do Boletim Oficial (nº 11 de 16/03/09), o Cabo-Verdiano não se encontra cabalmente instrumentalizado. Após dez anos da aprovação do ALUPEC, realizou-se um Fórum em 2008 para a avaliação desse modelo de escrita durante esse período de tempo e para perspectivar os caminhos futuros.

O referido fórum reuniu-se entre outros: Linguistas, professores, escritores, tradutores – utilizadores do ALUPEC. Assim, instituiu-se o – Alfabeto Cabo-Verdiano (cf. B.O. nº 11 de 16 de Março de 2009).

Em síntese, diríamos que ao longo destas tentativas de padronização do Cabo-Verdiano, facilmente pode concluir-se que dotá-lo de um alfabeto será inevitavelmente o primeiro passo como afirmava Duarte (2006)². Com isso, estariam preenchidos todos os requisitos, para que o Cabo-Verdiano fosse elevado ao estatuto de língua *standart*, fosse utilizado por uma parte significativa da população, fosse suporte de um vasto movimento nacionalista, gozasse de um certo prestígio junto dos seus locutores e da elite da comunidade, atingisse uma certa autonomia em relação à (s) língua (s) concorrente (s) e fosse dotado de uma ortografia estável. (cf. Duarte: *ibidem*).

Estes e outros pressupostos sobre a historiografia e escrita do Cabo-Verdiano serão desenvolvidos nos capítulos que compõem o trabalho.

² In Grupo para a Padronização da Escrita do Cabo-Verdiano pag. 92.

5. Estrutura do trabalho

Esta monografia encontra-se estruturada da seguinte forma: uma Introdução que comporta os objectivos, a metodologia, o enquadramento teórico e descrição da estrutura do trabalho; mais três capítulos, a bibliografia e o anexo.

Veja-se a descrição dos capítulos:

Capítulo I – abarca introdução, a visão panorâmica da história do alfabeto e da escrita, bem como alguns conceitos do alfabeto e da escrita. Este capítulo ainda abrange a linguagem oral e a escrita, tipos de escrita e a ortografia. Ainda cinge à situação linguística em Cabo Verde, bem como algumas políticas linguística (leis e resoluções) a favor da afirmação do Cabo-Verdiano. Compreende o conhecimento da língua: uso primário e secundário, as razões da não escrita do cabo-verdiano bem como as experiências da sua escrita.

Capítulo II – neste capítulo, põe-se o enfoque na descrição das tentativas de padronização e normalização do Cabo-Verdiano. Isto referindo às tentativas de A. de Paula Brito (1888), Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (ALUPEC) e Alfabeto Cabo-Verdiano. Em síntese, efectuar-se-á o levantamento possível das tentativas de dotar o Cabo-Verdiano de uma escrita e alfabeto.

Capítulo III – integra as considerações finais referentes à historiografia do alfabeto e da escrita do cabo-verdiano, bem como às tentativas de padronização do Cabo-Verdiano.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DO ALFABETO E DA ESCRITA: UMA VISÃO PANORÂMICA

1.1 Introdução

O desenvolvimento da escrita foi uma das grandes invenções do homem. No entanto, as crianças falam muito antes de apreenderem a escrever. No mundo, há milhares de pessoas que falam línguas sem expressão escrita, possuindo uma literatura oral abundante e cujo saber fundamental é memorizado e transmitido oralmente de geração para geração. Mas, a memória é curta e a capacidade de armazenagem do cérebro não é infinita. (Fromkin e Rodman 1993:153).

A escrita resolveu este tipo de problema e ainda possibilitou a comunicação à distância através de anos, séculos e milénios. Ela permite que uma sociedade conserve para sempre a sua poesia, a sua história e a sua tecnologia (Fromkin e Rodman: *ibidem*).

Nesta linha de ideias, poder-se-ia argumentar que, hoje em dia, possuímos meios electrónicos de gravar som, câmaras de filmar e televisão e a escrita estaria assim a transformar-se num meio arcaico. Porém, se a escrita acabasse não haveria nenhum saber electrónico para os técnicos de televisão estudarem e, nos próximos anos, pouco seria a tecnologia existente. Não haveria filmes ou guiões de televisão, nem literatura, nem livros, nem correspondência, nem jornais e nem ciência (Fromkin e Rodman: *ibidem*).

1.2 Definição de Alfabeto

Alfabeto é uma forma de escrita classificada, pois possui grafemas que representam fonemas -unidade básica de som - de uma língua, podendo ser classificada como uma escrita fonética, pois procura representar os fonemas por um determinado signo. O termo é de origem grega - *alphabetos*, através do latim - *alphabetum*, constituída pelas duas

primeiras letras do alfabeto grego *alfa* e *beta*, e significa um conjunto de letras usadas para escrever³.

De acordo com o *Dicionário de Didáctica das Línguas 1983*, alfabeto é definido como conjunto de sinais gráficos chamados letras, que servem para transcrição de uma língua. Este conjunto de sinais está ordenado convencionalmente de A a Z para o latim e esta ordem, é conhecida como alfabética. A palavra alfabeto é um composto constituído com base no nome das duas primeiras letras do alfabeto grego: alfa+beta.

Em *Gramática Generativa*, alfabeto significa conjunto finito de símbolos a partir dos quais se obtém, por justaposição e aplicação de regras precisas, um conjunto finito ou infinito de expressões.

É surpreendente que o alfabeto, como o conhecemos hoje, não seja fruto de muitas tentativas de criação. O alfabeto não foi inventado, mas sim descoberto. O certo é, se uma língua não possuísse sons discretos, não seria possível inventar letras alfabéticas para representar esses sons (Fromkin e Rodman 1993: 161).

A influência do sistema de escrita sobre a linguagem oral pode ser pequena. As línguas mudam no tempo, mas os sistemas de escrita tendem-se a ser mais conservadores (Fromkin e Rodman op. cit.: *ibidem*).

Algumas línguas que adquiriram o seu sistema de escrita mais recentemente usam alguns dos símbolos fonéticos do IPA (*International Phonetic Alphabet*) no seu alfabeto.

Alfabeto fonético segundo o *Dicionário de Didáctica das Línguas*, é definida como um conjunto de sinais fonéticos que serve para transcrever fonemas das diferentes línguas de um modo uniforme. Para além das línguas europeias, línguas como o turco, o indonésio, o suaili e o vietnamitano adoptaram o alfabeto latino (Fromkin e Rodman op. cit.: 165).

Em Síntese, mais que um mero instrumento de comunicação, entende-se que a “LETRA” é, hoje, uma das condições necessárias para a realização do cidadão: ela insere num circuito extremamente rico de informações, sem as quais nem poderia exercer livre e conscientemente a sua vontade (cf. Klein 2003:26).

Klein (op. cit.) afirma que diferentemente do homem primitivo que tinha ao alcance do gesto e da voz toda informação de que necessitasse, o homem contemporâneo é afectado por outros homens, factos e processos por vezes tão distantes de seu quotidiano

³ Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Pesquisa feita no dia 18 de Maio de 2010.

que somente numa rede muito complexa de informações pode dar conta de situá-lo minimamente na teia de relações em que se encontra inserido.

Neste domínio, partindo do pressuposto do carácter histórico da comunicação, é necessário entender quais são as necessidades comunicacionais do homem contemporâneo e qual o papel que a escrita desempenha nesse contexto. Esse é o primeiro grande desafio (cf. Klein op. cit: *ibidem*).

1.3 Língua oral e língua escrita

As diferenças e as aproximações entre o oral e o escrito constituem uma questão ligada ao carácter histórico da linguagem humana. As línguas são organismos vivos que estão em constante mudança. Todos os dias nascem novas palavras, novos usos para as palavras já existentes, novos empréstimos, enfim, diariamente, a língua se modifica. A língua oral é aquela que se usa para a comunicação mais imediata, mais urgente. Portanto, é a língua que mais sofre modificações. A língua escrita, ao contrário, é fruto de uma reflexão. É a língua que leva maior tempo para se modificar (cf. Bagno s/d).

Ainda Bagno (s/d) afirma que a língua oral é aquela do quotidiano, usada para as nossas necessidades mais imediatas. Já a língua escrita, ao contrário, pede uma elaboração maior. Isso porque, como já foi dito aqui, a língua escrita não conta com os mesmos recursos da linguagem oral (os gestos, a expressão facial, o tom de voz). Temos que ser mais claros, mais explícitos e também dominar melhor os recursos da língua escrita se quisermos ser compreendidos.

As relações entre a fala e a escrita são estreitas e íntimas. A comunicação escrita deve ser rigorosamente distinguida da comunicação oral. Uma linguagem escrita contém, como um dos níveis da sua estrutura, um sistema de escrita, isto é, um sistema de convenções para a utilização de certos símbolos como sinais básicos de um código conhecido por linguagem escrita. Uma vez que a expressão de “linguagem oral” consiste em dois sistemas estruturais fundamentais, há, do ponto de vista das suas referências, também dois tipos fundamentais de grafemas (Gleason 1961:134).

O tipo mais comum de grafema é o que possui uma referência fonémica. Esta não necessita de ser um fonema ónima, podendo ser qualquer estrutura fonologicamente definida. Um segundo tipo de grafemas tem uma referência morfémica – é o caso do inglês (Gleason *ibidem*).

Os grafemas com referências morfêmicas são habitualmente chamadas *ideogramas* – definem-se como a representação de uma ideia, formulação que é frequentemente interpretada como implica que não têm conexão directa com a expressão oral. O chinês é o exemplo típico de um sistema de escrita considerado ideográfico.

Os sistemas de escrita alfabética são aqueles que têm grafemas cujos referentes, em regra, são fonemas simples – teremos de dizer “em regra” porque os desvios, maiores ou menores são quase universais. Idealmente um sistema alfabético deveria possuir uma correspondência perfeita entre fonemas e grafemas: isto é, cada grafema representaria um fonema e cada fonema seria representado por um grafema (Gleason *ibidem*).

Às diferenças entre a língua oral e a escrita correspondem determinadas consequências de ordem teórica e/ou pragmática. São as seguintes distinções entre uma e outra, correlacionando-se às consequências a seguir: a fala remonta à própria origem do homem; enquanto a escrita é recente – os sistemas escritos mais antigos datam de seis mil anos; havendo quem considere a escrita da Suméria, de há três mil anos, como a primeira.

Desse modo, a fala é anterior à escrita, possuindo um carácter universal, isto é, todos os povos falam. A fala é espontânea, sendo adquirida pelo indivíduo tão-somente pelo contacto com a sua comunidade linguística. Já a escrita não é universal: há povos que não a conhecem. A escrita requer aprendizagem, sem o qual não desabrocha espontaneamente (cf. Cagliari 1999).

De acordo ainda com Cagliari (op. cit.), na língua oral, há mais inovação e tendência à diversidade linguística. Como consequências dessas distinções, observa-se que é através da fala que a língua evolui, adaptando-se às necessidades de comunicação das comunidades de falantes.

Segundo Cunha e Cintra (1984), para reproduzir na escrita as palavras da língua portuguesa, por exemplo, emprega-se um número de sinais gráficos chamados letras. E o conjunto ordenado das letras que nos servimos para transcrever os sons da linguagem falada denomina-se alfabeto.

Fromkin e Rodman (1993:167) afirmam que a linguagem escrita reflecte os elementos e regras que constituem a gramática da língua. Se não houvesse na língua unidade de sons individualizados não seria possível a escrita alfabética. A linguagem escrita é também mais conservadora do que a linguagem oral. Quando escrevemos algo sobretudo formalmente – estamos mais preparados para obedecer às “regras prescritivas”

ensinadas na escola, ou para utilizar um estilo mais formal, do que se verifica quando usamos as regras da nossa gramática “quotidiana”.

Está claro que a língua, tal como conhecemos hoje, não é mais estática do que era ontem. Seria impossível manter uma correspondência perfeita entre pronúncia e ortografia. Afirmam, Fromkin e Rodman (ibidem) que os hábitos ortográficos são difíceis de mudar.

Apesar da primazia da linguagem oral sobre a escrita, a palavra é, muitas vezes, vista com excessiva veneração. Sem dúvida que a estabilidade, a permanência e a natureza gráfica da escrita levam muita gente a preferi-la em vez da linguagem oral efêmera e ilusória (Fromkin e Rodman op. cit.:172).

Fromkin e Rodman (ibidem) afirmam que muitas das línguas existentes no mundo não têm forma escrita, o que não significa que sejam menos desenvolvidas. Aprende-se a falar antes de se aprender a escrever e historicamente passaram-se dezenas de milhares de anos durante os quais a língua é falada antes de existir algum tipo de escrita.

A este propósito, (Faria et al. 1996:26) diz que a linguagem verbal constitui-se como um sistema de representação da realidade. E afirma o seguinte:

“A linguagem tem um conjunto de fases de execução desde que se toma a decisão de «dizer» e o momento em que o receptor «compreende» a mensagem. Contrariamente à aquisição da linguagem oral, a escrita não se adquire tacitamente e tem de ser aprendida; isto é, não é interiorizada apenas pela exposição a documentos escritos”.

(Faria et al. 1996:85 segs)

Na Idade Média, de acordo com Faria et al (1996:87), a escrita era reservada a uma classe restrita: aos monges que sabem ler. Assim, a escrita era realizada só por processos manuais e reservada a poucos.

Curiosamente, em muitas civilizações, a escrita tinha apenas uma função religiosa: as «Escrituras», o «Alcorão», o «Talmude» eram lidos pelos oficiantes, enquanto os fiéis se limitavam a repetir ou a decorar o texto que ouviam nos lugares de culto. O «verbo», a «palavra» e a «escrita» eram sagrados e apenas tinham acesso a esses documentos os representantes do sagrado (Faria op. cit.).

Os «testemunhos representativos» da história da humanidade surgem apenas quando se começam a encontrar grafismos e escritas. No entanto, «os grafismos»

começaram, primeiro, por ser representações do real: de objectos, animais ou pessoas. Só com a escrita silábica e, posteriormente, alfabética é que começa a surgir a associação da representação gráfica com o som da língua falada (Faria op. cit.).

Faria et al. (1996) afirma que essas escritas assumem o estatuto de representação da linguagem e podem então ser consideradas como «escritas» no sentido mais restrito da palavra. Existem vários tipos de alfabetos, isto é, diversos sistemas de representação gráfica dos sons da fala: o alfabeto grego, o cirílico, o romano entre outros.

Por tudo que ficou explícito até aqui, pode dizer-se que a escrita alfabética é uma representação gráfica específica que dá conta da representação da componente oral da língua. A criança tem uma representação oral da cadeia falada, antes da aprendizagem da escrita (cf. Faria ibidem.).

A esta imagem sonora interiorizada, Faria et al. (1996) sustenta que terá de se estabelecer, quer na compreensão da escrita (a leitura) quer na sua produção (a escrita), actividades que utilizam meios de processamento diferenciados. No entanto, para aprender a escrever, ter-se-á de adquirir a noção de palavra escrita e também de fonema.

Eis o que Saussure (1999 *apud* Duarte 2000) confere à escrita uma importância primordial:

“É a partir do livro e pelo livro que se ensina; a língua aparece regulada por um código; ora este código é, ele mesmo, uma regra escrita, submetida a um uso rigoroso – a ortografia. Sem nunca esquecermos de que se aprende a falar antes de se aprender a escrever”.

(Saussure:1999 *apud* Duarte 2000:18)

A língua e escrita são dois sistemas de sinais distintos; a única razão do segundo é representar o primeiro. O mesmo autor afirma ainda que a língua é independente da escrita (Saussure 1999 *apud* Duarte 2000).

Veja-se também a propósito como é que a linguista e professora Duarte (2000) explica a relação entre oral e escrito, no esquema abaixo:

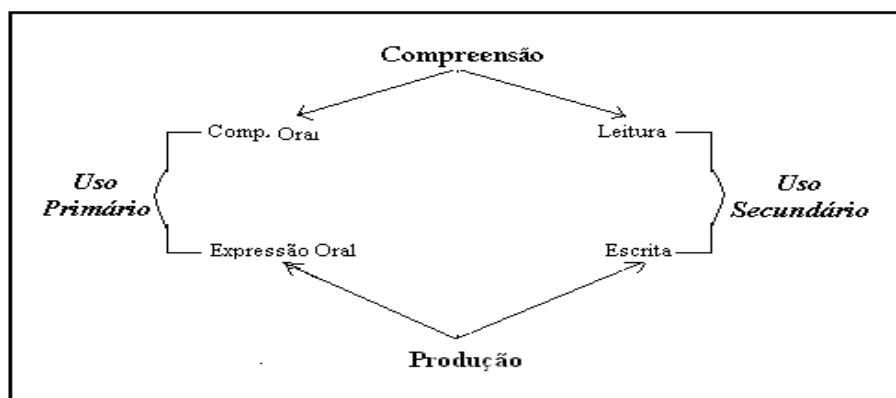


Figura 1: Conhecimento da Língua: Oral e escrita. Duarte (2000:20) UA

Duarte (2000) apresenta-nos esta figura para explicar o conhecimento e usos primários e secundários da língua. Segundo Duarte (id), o modo de ser primário da linguagem humana é sem dúvida o oral e o escrito é um modo por excelência secundário da mesma.

O oral e o escrito veio a ser discutido a partir do século XX, na dicotomia suassuriana entre língua e fala. A distinção entre língua falada (oral) e língua escrita (escrita) possibilitaram o reconhecimento do primado do oral sobre o escrito e, conseqüentemente, a eleição da língua oral como objecto privilegiado da descrição linguística (Duarte op. cit.379).

Duarte (op. cit.) afirma que o escrito não é uma consequência natural do crescimento do ser humano como organismo vivo, antes trata-se de uma conquista histórica e cultural das sociedades humanas, pelo que tem de ser ensinada e aprendida. Esclarece que após o ensino e treino formal, mobilizamos também o nosso conhecimento da língua na compreensão e na produção de representações escritas de cadeias fônicas. Ou seja, paralelamente aos usos primários da língua que se constituem os usos secundários de compreensão do escrito (leitura) e de produção escrita (escrita) (Duarte *ibidem*).

A investigação desenvolvida desde então, segundo Duarte (2000), permitiu estabelecer a natureza primária, dinâmica e não regulamentáveis dos sistemas orais por oposição à natureza secundária, estática e regulamentáveis dos sistemas escritos, citamos:

1. *Natureza primária dos sistemas orais versus natureza secundária dos sistemas escritos*: a língua falada é comum a todas as sociedades humanas, visto que decorre da capacidade biológica para a linguagem específica da espécie humana; a língua escrita não

se encontra em todas as sociedades humanas – só algumas desenvolveram sistemas secundários de representação da língua falada;

2. *Natureza dinâmica dos sistemas orais vs natureza estática dos sistemas escritos*: a língua falada muda ao longo do tempo, de forma não predeterminada pelos falantes, enquanto os sistemas escritos perduram tanto tempo quanto o decidirem as instituições relevantes de qualquer sociedade;

3. *Natureza não regulamentáveis dos sistemas orais vs natureza regulamentáveis dos sistemas escritos*: à língua falada não é passível à legislação que a altere; os sistemas escritos são fixados por legislação produzida pelas instituições nas quais cada sociedade delega a competência para o fazer, através de reformas ortográficas, de revisão ortográficas de maior ou menor extensão e de acordos ortográficos (Duarte op. cit.: 377).

A escrita apresenta elementos e aspectos próprios: além das letras, lançamos mão, ao escrever, de recursos como pontuação, acentuação, parágrafo. Mas para articularmos o sentido do texto, há ainda outros recursos da língua que o texto escrito deve incorporar, tais como elementos de coesão, concordância, regência, entre outros (Klein 1996:26 segs).

Duarte (2000:379) postula que as diferenças básicas entre o escrito e o oral, enquanto realidades distintivas são as seguintes: o primeiro é uma convenção e o segundo é decorrente da nossa capacidade biológica para comunicarmos através de sons produzidos pelo aparelho fonador. O modo oral e o modo escrito, embora estabelecendo relações entre si, possuem princípios de funcionamento distintos. A escrita é uma forma simplificada de codificar o oral, logo, o ensino do código escrito deve fazer apelo à oralidade, sem no entanto a reduzir (Duarte op. cit.: 387).

A este propósito, Klein (2003) fez a seguinte consideração:

“Conceber a escrita em uma perspectiva social, implica entendê-la como produção humana e compreender a forma que ela assume sob determinada organização social. O código é apenas um instrumento da realização de determinadas funções sociais”.

O escrito não é uma consequência natural do crescimento do ser humano como organismo vivo, antes trata-se de uma conquista histórica e cultural das sociedades humanas, pelo que tem de ser ensinada e aprendida (cf. Duarte op. cit. *ibidem*). Embora todas as sociedades humanas conhecidas possuam uma língua natural, nem todas desenvolveram sistemas de escrita.

As considerações feitas até agora levam-nos aos seguintes desenlaces:

1. A Língua escrita e a língua oral são dois códigos diversos, cada qual com as suas características, os seus recursos expressivos, o seu campo de acção. A expressividade da língua oral apresenta-se por meio da acentuação, da entonação, das pausas, da fluência, da mímica, dos gestos. Na escrita, o emprego do discurso directo e a pontuação se sobressaem como traços de expressividade. É importante notar que a pontuação tem, também, função lógica: evita erros de interpretação;

2. O sistema gramatical mantém-se o mesmo nas duas modalidades, embora cada uma utilize recursos diferentes em função das exigências internacionais e comunicativas próprias;

3. As condições da língua oral - a simultaneidade entre planeamento e produção do texto - deixam marcas na sintaxe: desvios, construções interrompidas, reorganização, intromissão de elementos extra-estruturais, alternância de vozes, presença intensa de marcadores congregacionais, exclamações, onomatopeias, omissão de termos, pouco rendimento de alguns tempos verbais;

4. A língua escrita é mais específica no emprego do vocabulário. Em consequência, é mais precisa e menos alusiva do que a língua oral;

5. Tanto na língua escrita, quanto na língua oral é preciso haver sintonia entre os participantes do processo para o sucesso da comunicação. A sintonia pressupõe adequação da linguagem usada pelo emissor - vocabulário, nível de formalidade, etc. - à do receptor e domínio de áreas de conhecimento semelhantes. Na língua oral, a falta de sintonia prejudica o diálogo, e, na língua escrita, provoca textos inadequados e, até mesmo, incompreensíveis;

6. É possível perceber as marcas da organização do texto falado, à medida que vai sendo construído, o que pode gerar fragmentação, do ponto de vista sintáctico. Já o texto escrito não se deixa mostrar no seu processo de organização: apresenta-se pronto, com suas frases acabadas, coesas e mais complexas, do ponto de vista sintáctico⁴.

⁴ Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Pesquisa feita em 18 de Maio de 2010. In <http://25linhasembranco.blogspot.com>

1.4 Tipos de Escrita

1.4.1 Nota breve

A escrita é um dos instrumentos básicos da civilização, sem ela o mundo tal como o conhecemos não poderia existir. A primeira escrita foi “escrita rupestre” que utilizava pictogramas para representar directamente os objectos. Os pictogramas foram estilizados e as pessoas começaram a associá-los aos sons das palavras que representavam os objectos na sua língua (Fromkin e Rodman 2003:173).

A Escrita, como um sistema de signos que serve para exprimir graficamente a linguagem, constitui uma das grandes conquistas da Humanidade. Desde os primeiros signos conhecidos até chegar aos sistemas alfabéticos actualmente em uso, a escrita passou por inúmeras mudanças e transformações. Nesta evolução, distinguem-se claramente duas fases essenciais: a escrita ideográfica e a escrita fonética.

No primeiro estágio, a escrita compunha-se por signos pictóricos que representavam objectos ou ideias, com um simples valor ideográfico. Por isso, eram necessários tantos signos quantos os objectos e ideias a exprimir. Numa segunda fase, os signos começaram a representar não já objectos ou ideias, mas os sons com que tais objectos ou ideias eram nomeados no respectivo idioma. Os signos, além do valor ideográfico, passaram a ter também um valor fonético, conforme o texto em que surgiam. Mas a grande conquista da escrita foi a criação do Alfabeto⁵.

1.4.2. Breve historial sobre a escrita

a) A Escrita Pictográfica - desenvolveu-se na habilidade do desenho. Surgiu no período de 30.000 a 25.000 a.C., quando a cultura da Antiga Idade da Pedra passou para o estágio do Paleolítico Superior. Os desenhos, de rabiscos feitos com os dedos na argila húmida, evoluíram para formas mais elaboradas, em que passaram a ser utilizadas as cores e a escala para representar grupos, bem como artifícios que davam a ilusão de movimento⁶. Representavam, em sua maioria, animais correndo, saltando, pastando, ruminando ou enfrentando caçadores. Apesar de exprimirem senso estético, supõe-se que

⁵ In Museu Virtual Imprensa – 18 de Maio de 10.
<http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/pot/alfa/a2.html>

⁶ In, <http://www.miniweb.com.br/literatura/artigos/escrita/pictografia.pdf>

não foram produzidos exclusivamente com esse fim, já que existem indícios da prática da magia. Nesses desenhos ou nessas marcas já existe o germe de alguma coisa parecida com um rudimento da escrita, sem, no entanto, constituir um sistema regular de notação da linguagem ou mesmo um ponto de partida histórico da escrita propriamente dita.

b) Escrita Cuneiforme - um sistema de escrita que surgiu na Babilónia, em meados do quarto milénio a.C. Consistia na gravação de caracteres, com haste de ponta quadrada, em tabletes de argila húmida posteriormente cozidos ao forno, resultando em incisões em forma de cunha, razão pela qual foi denominada de escrita cuneiforme. Tratava-se inicialmente de um sistema pictográfico que gradualmente se transformou em um conjunto de sinais silábicos e fonéticos em que eram empregados centenas de diferentes sinais. Desse sistema de escrita, no entanto, não se derivou nenhum alfabeto⁷.

c) Escrita Hieróglifos - utilizava imagens para representar objectos concretos e, para representar ideias abstractas, empregava o princípio do “rébus” que consistia em decompor as palavras em sons e representar cada som por uma imagem. Como essas imagens eram frequentemente mal interpretadas, já que o mesmo som era utilizado em várias palavras, foram introduzidos mais dois sinais, sendo um para indicar como elas deveriam ser lidas e outro para lhes dar um sentido geral. Os hieróglifos eram escritos em vários sentidos, da esquerda para a direita, da direita da esquerda ou mesmo de cima para baixo. A colocação das palavras, do ponto de vista gramatical, era sequencial, primeiro verbo, seguido pelo sujeito e pelos objectos directo e indirecto. Os egípcios utilizavam este tipo de escrita⁸.

Além da hieroglífica, os egípcios desenvolveram mais duas formas de escrita: a hierática - escrita cursiva utilizada na maior parte dos textos literários, administrativos e jurídicos; demótico - forma simplificada da escrita hierática, utilizada em documentos jurídicos.

d) Escrita Alfabética - até chegar aos sistemas alfabéticos actualmente utilizados, passou por um longo processo de evolução, com inúmeras mudanças e transformações. Essa evolução foi marcada pelo surgimento do sistema de escrita ideográfica -

⁷ Idem

⁸ Idem

cuneiforme, hieroglífico e chinês, que foi gradualmente conduzido para o fonetismo, sistema em que as palavras passaram a ser decompostas em unidades sonoras⁹.

O fonetismo aproximou, portanto, a escrita de sua função natural que é a de interpretar a língua falada, a língua oral, a língua considerada como som. Dessa forma o sinal se libertaria do objecto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza que é oral. Decompondo o som das palavras, o homem percebeu que ela se reduzia a unidades justapostas, mais ou menos independente umas das outras e nitidamente diferenciáveis. Daí surgiram dois tipos de escrita: a silábica, fundamentada em grupos de sons e a, alfabética, em que cada sinal corresponde a uma letra.

e) A escrita alfabética foi difundida com a criação do alfabeto fenício, constituído por vinte e dois signos que permitiam escrever qualquer palavra. Adoptado pelos gregos, esse alfabeto foi aperfeiçoado e ampliado passando a ser composto por vinte e quatro letras, divididas em vogais e consoantes. A partir do alfabeto grego surgiram outros, como o gótico, o etrusco e, finalmente o latino, que com a expansão do Império Romano e o domínio do mundo ocidental, se impôs em todas as suas colónias¹⁰.

Em síntese, a escrita é um dos instrumentos básicos da civilização. Sem ela o mundo tal como o conhecemos não poderia existir. A primeira escrita foi “escrita rupestre” que utilizava pictogramas para representar directamente os objectos. Os pictogramas foram estilizados e as pessoas começaram a associá-los aos sons das palavras que representavam os objectos na sua língua. Há três tipos de sistemas de escrita que ainda hoje são usados no mundo: a escrita por palavras, em que todos os símbolos ou caracteres representam uma palavra ou morfema, a escrita silábica, em que cada símbolo representa uma sílaba e a escrita alfabética em que cada símbolo representa um fonema (Fromkin e Rodman op. cit.: 173).

1.4. 2. 1 Ortografia e tipos de escrita

Ortografia deriva das palavras gregas “*ortho*” que significa "correcto" e “*graphos*” que quer dizer "escrita", ou seja, ortografia é a forma correcta de escrever as palavras. Ela é a parte da gramática normativa que ensina a escrever correctamente as palavras de uma

⁹ Idem

¹⁰ Pesquisa feita dia 18 de Maio de 2010. In, <http://www.miniweb.com.br/literatura/artigos/escrita/pictografia.pdf>

língua definindo, nomeadamente, o conjunto de símbolos, letras e sinais diacríticos, a forma como devem ser usados, a pontuação, o uso de maiúsculas, etc. A ortografia não é mais do que uma tentativa de transcrever os sons de uma determinada língua em símbolos escritos¹¹.

Segundo o Dicionário de Didáctica das Línguas (1983), a ortografia significa maneira de escrever as palavras em conformidade com o sistema de transcrição gráfica própria de uma língua e segundo diferentes relações estabelecidas com os outros subsistemas dessa língua.

Segundo Fromkin e Rodman (1993: 170), há razões que justificam o uso da mesma ortografia para pronúncias diferentes. A mesma ortografia resulta do facto de as diferentes pronúncias representarem o mesmo morfema. Afirmam que enquanto a pronúncia diferir a ortografia comum garante que nos possamos entender uns aos outros. Com um sistema uniforme de ortografia, um cidadão de Atlanta e outro de Glasgow, por exemplo, podem comunicar através da escrita, mas se cada dialecto seguisse uma ortografia de acordo com a sua própria pronúncia, a comunicação escrita no mundo sofreria mais do que sofre a comunicação oral (Fromkin e Rodman: *ibidem*).

Quanto à escrita, ela não é recente, ela surgiu há milhões de anos a.C., os povos da pré-história não tinham nenhuma escrita alfabética, mas tinham várias formas de registar, comunicar e conhecer através de gestos, sinais, marcas e desenho. Porém, ainda não era um tipo de escrita, pois não havia organização, nem mesmo padronização das representações gráficas. Foi somente na antiga Mesopotâmia que a escrita foi elaborada e criada. Por volta de 4000 a.C., os sumérios desenvolveram a escrita em forma de cunha, usando placas de barro, onde cunhavam a escrita¹².

1.5 A situação linguística em Cabo Verde

A situação linguística em Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: o Português é língua oficial e internacional e o Cabo-verdiano é língua nacional e materna. Ao primeiro estão reservadas as funções de

¹¹ Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Pesquisa feita no dia 18 de Maio de 2010.

¹² Pesquisa feita no dia 18 de Maio de 2010. In <http://pt.shvoong.com/tags/escrita>

comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça, mass-média. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservadas as funções de comunicação informal, particularmente no domínio da oralidade (Grupo para a padronização do Alfabeto: 245).

A língua Cabo-Verdiana é um crioulo de base lexical português. Como diz Dulce Pereira (s/d) “*são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngues relativamente estáveis*”.

No sec. XV, aquando do povoamento a partir de 1462, foram (vieram) para Cabo Verde os vários dialectos do português, sobretudo do Norte, do Sul, das ilhas dos Açores e da Madeira e os vários falares da costa africana. Era urgente comunicar e foi necessário criar novo código linguístico que permitisse a comunicação, surge assim o crioulo de Cabo Verde, que hoje é a língua materna de todos os Cabo-Verdianos (Pereira s/d).

O surgimento desta nova língua é motivado sobretudo por duas razões principais: uma prende-se com a juventude da maioria dos escravos e a multiplicidade étnicolinguística dos mesmos e a outra, prende-se com a fraca representatividade da língua do colonizador. Os escravos, dado a sua juventude, possuíam uma estrutura linguística ainda pouco consistente e muito susceptível a modificações ou até ao esquecimento, e pertencendo a várias etnias, em que nenhuma podia ser considerada maioritária (Carreira, 2000:310). Por outro lado, os colonos eram pouco representativos em termos numéricos (Carreira op. cit: *ibidem*), possuíam um nível cultural baixo (sendo muitos iletrados), e havia uma ausência quase total de instrumentos e de políticas de imposição cultural como escolas, professores, material didáctico (cf. Veiga 2001:84).

Um outro aspecto determinante na formação do crioulo foi a presença do elemento feminino junto do dominador. As mulheres europeias rareavam e havia necessidade de conviver com as escravas negras, e, naturalmente, esse tipo de relação exigia uma intercompreensão mais delicada. É nesse cenário que o aparecimento do crioulo se justifica. A língua cabo-verdiana surge da interadaptação de todo o *puzzle* linguístico em presença (cf. Veiga 1993:82).

1.5.1 A situação da língua oral (uso primário)

A oralidade é o ponto de partida elementar de todo o processo de comunicação. A própria comunicação com os outros implica, com frequência, mensagens linguísticas que podem apresentar uma realização oral e escrita.

Segundo Delgado (2008:145), a existência do Cabo-Verdiano como língua de comunicação oral, surgido no arquipélago durante o processo de povoamento das ilhas e o português como língua oficial, de ensino, de comunicação internacional, entre outras funções, leva a que se tenha no arquipélago uma situação linguística que foi classificada de *sui generis*.

A este propósito da oralidade da Língua Cabo-Verdiana, Cruz (2005:57) diz: “ *O mosaico de variantes, nada contendo de espantoso, converte-se em condição favorável de aproximação, constitui irrenunciável riqueza. Assim e antes de mais, pela via da oralidade, tem a Língua Cabo-verdiana contribuído para o facto grande da unidade nacional, com ou sem organização política*”.

De referir que, na franja do oral, estamos num estágio bastante avançado, reforça o mesmo autor – para além de veículo do quotidiano, de comunicação corrente e informal, a Língua Cabo-verdiana é já língua de produção literária oral (cf. Cruz *Ibidem*).

Afirma Cruz (op. cit.) que a oralidade está natural e socialmente acautelada, simplesmente, a nenhuma das variantes sendo necessário pedir que abdique do que quer que seja, antes, que se fomente e cultive. Já na sua vertente oral, a língua cabo-verdiana não pode mais ser tida na acepção de “linguajar” de cafres, dialecto reprimindo, perfeitamente dispensável.

Sobre a questão da grafia do Cabo-Verdiano, Cruz (op. Cit.) diz que o aspecto da fixação gráfica de uma língua que merece o respeito de alguma autonomização consiste no factor visualização. Os modos de escrever, desde a aparentemente simples forma de fixar graficamente um conjunto de fonemas, à obrigatoriedade ou à dispensa de diacríticos, acabam contagiando e fazendo escola, no bom como no mau sentido. Urge fixar e padronizar, pelo que a visualização se torna peça imprescindível (cf. Cruz *op. cit.: ibidem*).

Silva (1952) *apud* Cruz (2005:59), afirma que promover a língua cabo-verdiana é grandemente falar da variante que servirá de base para a grafia, como língua-padrão. A standardização de uma grafia exige, seu tempo, comporta inicialmente algum sacrifício em prol do comum. Garante-se que tal opção, longe de tornar confusa a variante

seleccionada como base e padrão para a escrita, obrigaria esta a fazer-se dinamicamente aberta para a integração de toda a gama de valores, subsídios e apports linguísticos capazes de comportarem enriquecimento (cf. Silva 1952 *apud* Cruz *op. cit.: ibidem*).

Para o linguista Doneux (1979) *apud* Cruz (2005:59), a determinação da escrita de uma língua constitui uma questão delicada e complexa. A solução tem que ver não só com a análise de factores linguísticos, mas também sociolinguísticos, sociais e políticos¹³.

A fixação deve ser progressiva, porquanto nenhuma língua, enquanto organismo vivo, se encontra definitivamente e para sempre estabelecida (cf. Cruz 2005:60).

Importa não se deixar de desencadear o processo, quanto antes devendo quebrar-se alguma inércia de que ainda se padeça. A falta de condições ideais não pode funcionar como fundamento para bloqueios de indefinido adiamento, ou pretextos para evasão e demissão (Cruz: *ibidem*).

Ainda em Cruz (2005:61), lê-se: “*Mais do que nunca, escrever a Língua Cabo-verdiana configura acto de cultura e dever cívico. Importando escrever, haverá que criar condições para que esta nova fase, a generalizar-se, proceda consequentemente. Quanto mais se passe a escrever, mais se acumulam experiências, se alarga o próprio campo de avaliações a partir de casos reais de referência e não de considerações no abstracto, num risco que esterilizaria os esforços*”

Cruz (*op. cit.: 68*) explica que a vertente oral da língua cabo-verdiana goza de pergaminhos. Ela é antes de tudo a modalidade primeira com que essa língua nasceu e se formatou ao longo de cinco séculos. Constitui, até agora, o modo prevalente do estar e operar, já no comum e quotidiano “linguajar” comunicativo, já no suporte de toda a gama de tradições orais.

Mesquitela Lima (1979)¹⁴ *apud* Cruz (2005) afirma que a cultura Cabo-Verdiana é fundamentalmente oral. Portanto, a oralidade transporta a marca, o selo e a garantia do povo. (cf. Mesquitela Lima 1979 *apud* Cruz *op. cit.: 69*).

Osvaldo Osório (1979)¹⁵ *apud* Cruz (2005:69) explica que a oralidade comporta limitações. Se a escrita uniformiza visualizadamente, cabe também à oralidade, a seu

¹³ Jean Doneux, na comunicação intitulada “A propósito do papel dos linguistas...e dos outros na determinação da escrita de uma língua” – no Colóquio de Mindelo de 1979 (documento, página 101 e ss).

¹⁴ Mesquitela Lima, na comunicação intitulada O Bilinguismo e a Problemática da Escrita, Colóquio de Mindelo, 1979 (documento, pg 75).

¹⁵ Osvaldo Osório, apresentando o Relatório da 4ª comissão, glosando o tema O papel do escritor na afirmação e desenvolvimento da língua materna (documento página 179)

nível e com os recursos de que é capaz, conferir a fixação dinâmica, sustentar a interacção linguística, fazer diminuir barreiras inter-ilhas, construir em permanência a unidade nacional. O poder da oralidade é incomensurável relativamente à sua capacidade de resistência, e à sua afirmação.

A interdição do uso do Cabo-Verdiano durante algum tempo, ou seja, antes da independência nacional, principalmente na administração pública, não fez com que o mesmo desaparecesse (cf. Reis 2006). Vários textos escritos manifestam que em Cabo Verde desde a primeira metade do século XIX se escreve no cabo-verdiano. Como exemplo, temos um estrato do poema de Eugénio Tavares em que se lê:

*«Se é pam vivê na es mal de ca tem quem que q'rem, Ma'n q're morré sem luz na nha cruz, na es dor, na es bida na martirio de amor!...»*¹⁶ (se é para viver nesse mal de não ter quem me quer, é melhor morrer sem luz na minha cruz nessa dor, nessa vida de martírio de amor).

(cf. Reis 2006).

Segundo Duarte (2006)¹⁷ “Assim, antes de se falar da escrita da língua cabo-verdiana, ter-se-á de falar primeiro da sua não escrita (...) das razões políticas mas também, como é óbvio, históricas, económicas, sociais que determinaram que ela tivesse chegado aos nossos dias na condição de língua oral” (Duarte 2006: 50).

Ainda Duarte (op. Cit.) fala em fases históricas da não escrita do Cabo-verdiano. Numa primeira fase, temos a colonização portuguesa e as elações de força entre o português e o crioulo que engendraram, e que estão patentes no estatuto que as duas línguas possuem na sociedade cabo-verdiana, de acordo com a importância e o prestígio que, pelas razões acima apontadas, cada uma delas atingiu. A situação para o Cabo-verdiano agravou-se a partir do séc. XIX, quando se impôs a prática efectiva da política de “assimilação” e que se podem resumir segundo Duarte (2006) do seguinte modo:

(i) As línguas dos povos colonizados são meios de comunicação de gente inculta e, por essa razão, não estão aptas a veicular a cultura dos povos “civilizados” que dominam as colónias, e muito menos a traduzir conceitos científicos; (ii) Os colonizados têm, pois, interesse em aprender as línguas dos povos colonizadores, as únicas capazes de os tirarem da ignorância e de os fazerem ascender à civilização. Tanto mais que as

¹⁶ Tirada da nota de (2.000\$00) dois mil escudos (Moeda cabo-verdiana) de 1 de Julho de 1999.

¹⁷ In Grupo para a Padronização do Alfabeto: Proposta de Bases do Alfabeto Unificado Para a Escrita do Cabo-verdiano.IIPC. Praia: 2006.

línguas dos colonizados não são escritas e por isso não podem desempenhar todas as suas funções sociais, não podem ser línguas de ensino nem tão-pouco da administração”.

(Duarte 2006: 50).

Cumpre aqui explicar algumas razões que levaram a não Escrita do Cabo-Verdiano na época colonial: nas décadas de 40 e 60 do séc. XIX, por exemplo, no contexto político-ideológico promulgaram-se os principais decretos que institucionalizaram a instrução pública na colónia de Cabo Verde. A língua portuguesa apesar de ser estranha a prática social era língua exclusiva de ensino e o cabo-verdiano automaticamente ficou marginalizado apesar de ser língua da unidade e da identidade dos cabo-verdianos (cf. Duarte: *ibidem*).

De acordo com Duarte (op. cit), pode concluir-se que havia uma convicção errada sobre as línguas: em primeiro lugar de que as línguas escritas são superiores às orais; em segundo o preconceito de que a língua do colonizador, tem mais valor intrínseco do que o cabo-verdiano. A realidade é que ser colonizado não é, garantia de domínio da língua portuguesa (Duarte *op. cit.: ibidem*).

A segunda razão da não escrita do cabo-verdiano é a situação de diglossia que se vive em Cabo Verde. Passados trinta e cinco anos da Independência Nacional, o ensino continua a servir-se do português como língua exclusiva da escola, excepto nas escolas superiores de formação como: então Instituto Superior de Educação e alfabetização bilingue. O Cabo-verdiano, embora provavelmente tenha começado a formar-se no séc. XVI, tem sido escrito durante aproximadamente um século, de maneira arbitrária, segundo bel-prazer daqueles que experimentavam a necessidade de o fazer (Duarte *op. cit.:61*).

As primeiras tentativas de o escrever datam do séc. XIX. Ao falar-se da escrita do cabo-verdiano, pretende-se significar, não a grafia de uma língua escrita, mas o registo de uma língua oral (Duarte *op. cit.:ibidem*).

1.5.2 A situação da língua escrita (uso secundário)

A língua, qualquer que ela seja, inspira à partida, respeito como uma das mais sólidas manifestações da natureza, do génio de um povo. Quanto à escrita da língua cabo-verdiana, não se vai partir do zero afirma Cruz (2005).

E o alfabeto etimológico permitia já algum exercício gráfico, ainda que subjectivo e aleatório no que diz respeito a modalidade de reprodução gráfica da fonologia. Mas o alfabeto e o sistema fonológico propostos no Colóquio de Mindelo fixaram regras, até aí inexistentes, que afinal podem convencionar-se e adoptar-se, revelando-se já funcionais e económicos (Cruz 2005:62).

Conforme o Boletim Oficial nº 11 de 16 de Março de 2009, as primeiras experiências de escrita na língua cabo-verdiana datam do século XIX, sendo o filólogo português Adolfo Coelho o pioneiro dessa experiência com o seu ensaio sobre «Os Dialectos Românicos ou neolatinos da África, Ásia e América», publicada em 1880». O mesmo B.O. especifica três experiências na escrita na Língua Cabo-verdiana. São elas por ordem cronológica:

1. Experiência etimológica

Experiência Etimológica em que fazem parte, a experiência de Adolfo Coelho que se baseava no alfabeto português, de base etimológica, utilizando de forma pouco sistemática e pouco económica. O alfabeto em 1885 surge um novo modelo de escrita com António de Paula Brito no seu ensaio «*Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na Ilha de Santiago de Cabo Verde*». Tratava-se de um modelo de escrita baseado no alfabeto português - ele dizia que representa os sons da nossa língua. Mas traz a novidade de ser largamente sistematizado, aproximando-se muito da escrita de base fonético-fonológica um modelo que surgiria mais tarde, no séc. XX, com Ferdinand Saussure¹⁸.

É assim que, em 1885, Joaquim Vieira Botelho e Custódio José Duarte publicam «*O Crioulo de Cabo Verde, Breves Estudos sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde*», oferecido ao estudioso austríaco Hugo Schuchardt.

Mais tarde, já na primeira metade do séc. XX, a escrita de base etimológica foi utilizada por vários intelectuais e poetas como:

- Cónego Teixeira, na primeira tentativa da cartilha para o ensino do crioulo;

¹⁸ In Boletim Oficial nº 11 de 16 de Março de 2009

- Napoleão Fernandes, no seu *Léxico do Dialecto do Crioulo de Cabo Verde*;
- Eugénio Tavares, no seu livro *Mornas – cantigas crioulas* (1932);
- Pedro Cardoso, na sua *Folclore Caboverdiano* (1933).

Porém, é na segunda metade do século XX que a escrita etimológica ganhou maior expressão. Surgiram os primeiros trabalhos académicos com os filólogos Baltazar Lopes da Silva e Maria Dulce Almada, respectivamente com *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde* (1957) e *O Crioulo de Cabo Verde – Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no...Arquipélago* (1961).

A escrita etimológica, apesar da sua assistematicidade, encontrou eco junto de uma plêiade de poetas, compositores e escritores, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX, com: B. Léza, Sérgio Frunzoni, Luís Romano, Jorge Pedro Barbosa, Ovídeo Martins, Kaoberdianu Dambará, Kwame Kondé, Emanuel Braga Tavares, Ano Nobu, Manuel d'Novas, entre outros¹⁹.

2. Experiência fonético-fonológico

Em 1979, o então Ministério da Educação Cultura Juventude e Desportos, organiza através da Direcção Geral da Cultura, o primeiro Colóquio Internacional sobre a valorização do crioulo cabo-verdiano. A importância histórica desse colóquio é muito grande já que é nele que surgiu a primeira proposta de um alfabeto fonético-fonológico para a escrita na língua cabo-verdiana.

Esse modelo, apesar de ser de base latina, afasta-se grandemente do modelo de base etimológica que não só era pouco económico, mas sobretudo era e é pouco sistemático.

A proposta de base fonética-fonológica foi largamente usada, durante dez anos (1979 – 1989), na escolha e transcrição de tradições orais; na então Escola de Formação de Professores de Ensino Secundária; no «Bilingual Program», nos EUA; na publicação de vários trabalhos de tradição oral; no ensaio *Diskrison Strutural di Kabuverdianu*; no primeiro romance na língua cabo-verdiana (Oju D'agu); na *Introdução à Gramática de Crioulo*, em vários contos, livros de poesia e teses académicas na Escola de Formação de Professores de Ensino Secundário²⁰.

3. Experiência unificada entre o modelo etimológico e fonológico

A forma de escrever a LCV vem evoluindo e modificando, à medida que avançam

¹⁹ Idem

²⁰ Idem

as pesquisas e estudos realizados sobre a mesma. Hoje, existe uma nova proposta de ortografia, apresentada por um grupo de pesquisadores linguistas para a escrita do cabo-verdiano.

A proposta é denominada “*Alfabeto Unificado para Escrita do Crioulo de Cabo Verde*” (ALUPEC)²¹ que apesar de ter ficado pronto em 1994, só foi aprovado em 1998 pelo Conselho de Ministros, a título experimental, através do Decreto-lei n.º 67/98, sob a indicação do Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC). Ele retoma do alfabeto latino quase todas as letras, com excepção do “C” e do “Q” que são substituídas pela letra “K”. Um dado não menos relevante é o facto de que a Comissão Nazarena de Tradução Bíblica ter adaptado o ALUPEC, desde 2000, tendo já traduzido alguns textos evangélicos no livro *Notísias Sabi di Jezus*. Ainda um outro dado relevante é a tradução, de grandes clássicos da literatura portuguesa pelo poeta José Luís Tavares no ALUPEC. E a recente tradução da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2008) também com o recurso ao ALUPEC²².

Veiga (2005) afirma que o desprestígio do cabo-verdiano tem que ver com a falta de um alfabeto e de uma escrita standardizados, a inexistência durante muito tempo, de uma gramática escrita e a sua ausência tanto na administração, como no sistema formal de ensino.

Em resumo, pode afirmar-se que o Cabo-verdiano é uma língua tradicionalmente oral que só há pouco tempo possui um alfabeto oficial. Os cabo-verdianos, escolarizados em Português, têm utilizado, à sua maneira, a ortografia da língua portuguesa para escreverem em cabo-verdiano de forma espontânea, não regulada e, por isso, muito variável.

O actual alfabeto oficial, proposta em 1998 e consignada num decreto conhecido por ALUPEC (Alfabeto unificado para a escrita do Cabo-verdiano), é, como o próprio nome indica, essencialmente um alfabeto, não tendo havido ainda uma normalização generalizada da representação gráfica das unidades lexicais que tenha como modelo uma variedade escolhida como padrão (cf. Pereira s/d).

²¹ Aprovado pelo título experimental durante 5 anos. Sobre esta aprovação, o então Primeiro-ministro Carlos Veiga, em conferência de imprensa, publicado no jornal a Semana, nº394, de 12.3.99 diz o seguinte: «Eu acredito perfeitamente que, tal como noutros países que são crioulos também, é possível, ver o crioulo (cabo-verdiano) a ser escrito, a haver jornais e o ensino em crioulo. Em termos de ensino, a faculdade que nós temos de podermos utilizar duas línguas – uma, a nossa língua materna, e outra, a língua portuguesa; que também é nossa –, é vantajosa para Cabo Verde».

²² In Boletim Oficial nº 11 de 16 de Março de 2009.

CAPÍTULO II

TENTATIVAS DA ESCRITA DO CABO-VERDIANO

2.1 Nota prévia

No presente capítulo, pretende-se mostrar qual é a situação da escrita do cabo-verdiano sendo uma língua predominantemente oral. De igual modo, reflectir sobre as contribuições e tentativas da escrita e padronização desta língua desde A. de Paula Brito – 1888 (séc. XIX) até à instituição do Alfabeto Cabo-Verdiano – 2009 (séc. XXI), o que dá razão ao tema deste estudo. Analisaremos os trabalhos de méritos que de uma forma ou doutra contribuíram para a afirmação do Cabo-Verdiano na tentativa da sua padronização. O processo de afirmação do cabo-verdiano tem passado por longas e penosas travessias num deserto extremamente caprichoso, onde só de raro em raro aparecem algum oásis de esperança – referindo-se mais concretamente às diversas e diferentes tentativas do alfabeto e da escrita da língua Cabo-Verdiana (Veiga 2002:13).

Veiga (op. cit.) afirma que o facto de não poder ser escrito é tão-somente porque até então a sua escrita não tinha sido nem ensinada, nem muito menos ainda aprendida. A guerra aberta ao Cabo-Verdiano foi a ponto de não só atacá-lo, mas também de proibi-lo na Administração como nos Estabelecimentos de Ensino. Tal situação que se prolongou até à conquista da Independência Nacional (1975) desferiu um duro golpe não só ao prestígio como também ao desenvolvimento da língua cabo-verdiana (cf. Veiga *ibidem*).

Ainda de acordo com Veiga (*ibidem*), se por um lado, a partir do séc. XIX, a situação para o Cabo-Verdiano agravou-se quando se impôs a prática efectiva da política de “assimilação”; por outro, com a criação do Seminário-Liceu de S. Nicolau (1866) o número de escolas aumentaram e a situação começa a mudar radicalmente.

Iremos analisar neste capítulo o processo da escrita em Cabo-Verdiano e as diferentes tentativas da normalização e o esforço de dotá-lo de um alfabeto e de escrita.

2.2 O processo da escrita em Cabo Verde

Cumpre esclarecer que, dos fins do séc. XIX, foram várias as tentativas de instrumentalização da escrita da LCV. Porém, nenhuma delas resultou em um alfabeto e uma escrita oficializados, embora se possa afirmar que a LCV desde há muito que adquiriu um grau de autonomia e de funcionalidade notáveis (cf. Duarte 2006: 61).

A LCV, apesar de ter sido a única língua veicular utilizada em Cabo Verde, nunca foi provida dos instrumentos indispensáveis à sua reconversão em língua escrita por razões que se prendem com o facto de ser língua dominada (Duarte *op. cit.*:62).

Embora o povo tenha sido privado de escrever na sua própria língua, cabo-verdianos de várias gerações têm-se servido do Cabo-Verdiano ou como língua literária e da poesia popular, ou como objecto de valorização e de estudo, com vista à sua instrumentalização (Duarte *op. cit.*:64).

Segundo Delgado (2008:148segs), a não escrita da LCV no arquipélago, prende-se com a falta de qualquer regra que harmonizasse uma grafia única, foi feita, de forma tradicional, em que a escrita etimológica era a que dominava. O sistema de sinais gráficos, segundo este autor, foi baseado na etimologia tinha como suporte a linguagem oral.

Vale dizer que a problemática da escrita do cabo-verdiano despertou muito interesse por parte de vários estudiosos, desde a época colonial até a presente data em áreas diferenciadas. Convém afirmar que esta situação sobre o processo da escrita e tentativa de padronização do Cabo-verdiano desde os que usaram o alfabeto etimológico até aos estudos com vista a sua padronização foi muito debatido.

Já no século XIX, houve tentativa de valorização e de normalização da LCV com A. De Paula Brito, com a feitura da gramática da “nossa língua”, mas não chegou a ter o impacto preconizado. De igual modo, nas primeiras décadas do século XX, outros estudiosos deram à sua contribuição com estudos e escritos na LCV sempre com o propósito da sua valorização. Ainda que estes estudos possuam pouca cientificidade, permitiram visualizar as tentativas de padronização dessa língua.

Com carácter científico, dos estudos feitos com vista à instrumentalização do cabo-verdiano, temos as seguintes contribuições de autores estrangeiros e Cabo-verdianos, que apresentaremos no quadro que se segue:

Estudiosos/Autores/Investigadores	Obras Publicadas
Francisco Adolfo Coelho	<i>Os Dialectos Românicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América – 1880</i>
A. de Paula Brito	<i>Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se Fala na Ilha de Santiago (1888)</i>
Baltasar Lopes da Silva	O Dialecto Crioulo de Cabo verde (1957)
Dulce Almada	Cabo Verde – contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago (1961)
José Herculano de Carvalho	Les Vocalisme Atone dès Parlers Créoles du Cap-Vert 1962
Jorge Morais-Barbosa	Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe: a situação Linguística 1965/66
Manuel Veiga	Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu; Introdução à Gramática do Crioulo; O Caboverdiano em 45 lições; 1982, 1995, 2002 respectivamente.
Nicolas Quint	Dictionnaire Cap-verdien – Français 1999
Entre outros:	
Marius F. Valkoff, Deirdre Meintel e Donaldo Mecedo, Rosine Santos, Jean Doneux, Mesquitela Lima, Salazar Ferro, Luís Romano, José Víctor Adragão, Dulce Fanha, Amélia Andrade, Maria Luiza Braga, Izione Santos Silva, Eduardo Augusto Cardoso, Marlise Baptista (2002, 2004), Pratas (2002, 2004), Pina (2006), Carlos Alberto Delgado (2008).	

(Fonte: Duarte 2006:64segs).

Pode facilmente verificar-se que desde fins do século XIX, começaram a fazer-se algumas publicações com carácter esporádico. Isto mostra claramente uma maior prova da resistência através dos tempos. Embora o povo tenha sido privado de escrever na sua própria língua, estudiosos de várias gerações têm servido da LCV com vista à sua valorização e instrumentalização.

Em síntese, a partir do que ficou exposto até aqui, pode concluir-se que a despeito do emprego sistemático do cabo-verdiano na literatura oral e na letra das composições populares, a sua utilização na escrita, quer literário quer em estudos de várias ordens, não têm correspondências quantitativas com o longo período que decorreu desde que se fizeram as primeiras tentativas de o transcrever. Poder-se-á constatar que as diferentes tentativas até agora não conduziram a resultados concretos (Duarte 2006).

A cronologia da escrita do cabo-verdiano não coincide com a da sua estruturação como língua nem tão-pouco com as suas primeiras manifestações literárias. Este facto determinou que não se tenha podido plasmar, através da escrita da língua que é materna, toda a experiência social e cultural da escravidão (cf. Duarte op. cit).

Mas como consequência de vários estudos e investigações ao longo dos tempos em prol da padronização do cabo-verdiano, foram surgindo personalidades distintas com a intenção de dotar a LCV de uma escrita e alfabeto standardizado, ou ainda, criar a gramática da mesma língua. Debruçar-nos-emos na subsecção que segue.

2.3 Participação de A. de Paula Brito (1888)

A proposta de António de Paula Brito, que Veiga denomina de «Ousadia», trata-se de um sistema fonético que foi utilizado na obra «*Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se Fala na Ilha de Santiago*», primeiro estudo com tentativa de explicação das regras de gramática da LCV (Veiga 2002:17).

A primeira parte do estudo ocupa-se da Fonologia; a segunda, da Morfologia; e a terceira, de variedades, alguns nomes próprios, provérbios, adivinhações, frases soltas e um pequeno vocabulário (Veiga: *ibidem*).

Como sistema fonético, tem tendência para que cada letra represente apenas um som, e que cada som seja representado por apenas uma letra. Foi o primeiro trabalho realizado, por isso, afirma: “*nem um só escrito que me servisse de guia*” (cf. Veiga op.

cit.: *ibidem*). Na mesma linha de ideias de Veiga (2002), a proposta de alfabeto e de escrita de A. Brito data de 1888, pela sua antiguidade, originalidade, funcionalidade e economia, merece atenção.

A este propósito, Silva (Grupo para Padronização do Alfabeto e da Escrita do Cabo-verdiano 2006) afirma:

“ (...) Desde a proposta de A. de Paula Brito, que data de 1885 e que (curiosamente) se distanciava dos princípios etimológicos para claramente se aproximar da escrita de índole fonológica, ao propor que para cada som houvesse uma representação e vice-versa, deixando de lado todas as letras do alfabeto português que não fizessem falta e introduzindo outras representações não existentes no alfabeto português, mas necessárias à representação de sons da fala cabo-verdiana”.

(cf. In Grupo para a Padronização do Alfabeto e da escrita do Cabo-verdiano:100).

Vê-se claramente que a ousadia de A. de Paula Brito foi e é considerada válida pelos princípios da economia, fonológico, portanto, biunívoco entre os grafemas e fonemas. Ainda, deixou o alfabeto português de lado para propor os alfabetos que representam a LCV. Abaixo analisaremos com mais pormenor esta proposta.

O alfabeto proposto pelo A. de Paula Brito integra vinte e quatro letras e quatro dígrafos, em maiúscula e minúscula:

Maiúsculas	Minúsculas
A B C H D E F G I J H J K L M N H N O	a b c h d e f g i j h j k l m n h n o p r r s t u
P R [RR] ²³ S T U V X Z	v x z

A particularidade deste alfabeto consiste no facto de cada letra ou dígrafo representar sempre, e em todos os contextos, um só e único som, ou seja, um único fonema. Tal particularidade está de acordo com o princípio da fonologia que consiste na relação biunívoca entre o fonema e o grafema, ou seja: um fonema é sempre representado por um só e único grafema e vice-versa (Veiga 2002:44seg.).

Veiga afirma ainda que a nível de funcionalidade, de economia dos restantes grafemas – excepto os dígrafos – e de sistematicidade, a proposta de Brito é basicamente

²³ Parêntese recto nosso. Cremos poder deduzir que o RR, apesar de figurar no elenco, não deverá ser considerado como sendo uma letra por duas razões: uma, porque com isso as consoantes passariam a vinte e não dezanove; a outra, por se tratar de repetição de uma mesma letra.

fonológica. Uma outra particularidade é a sistematicidade verificada no sinal de nasalização, sempre representado por um til.

A este propósito, Silva (2006:119) falando das Funções e Disfunções do Alfabeto Etimológico acrescenta que a proposta de A. de Paula Brito parece adaptar-se de longe melhor à escrita funcional, económica e sistemática do cabo-verdiano. Ainda acrescenta que linguisticamente a proposta de Brito é muito mais pertinente, funcional, económica e sistemática, terá sido menos atraente no tocante ao sociolinguístico, por fugir bastante a hábitos da escrita (Silva in Grupo para a Padronização do Alfabeto e da Escrita do Cabo-verdiano 2006:119).

2.3.1 Alguns esclarecimentos suplementares sobre o alfabeto proposto por A. de Paula Brito

Sobre a sua proposta de alfabeto, ilustra:

- i) No cabo-verdiano não se usa mais letras do que as precisas para representar o som das sílabas duma palavra;
- ii) As letras são maiúsculas e/ou minúsculas.

A. Brito propõe o “Alfabeto Crioulo” - [A, B, CH, D, E, F, G, I, JH, J, K, L, M, NH, N, O, P, R, RR, S, T, U, V, X ,Z]. Contendo cinco vogais e dezanove consoantes; exclui o <c, h> e o <g> (enquanto som [3]) e introduz <k> e “letras dobradas”: <ch, jh, nh, rr>. No que tange a representação de determinados sons palatais, propõe [d3] → jh [3] → j [j] → x²⁴.

Em termos de nasalização, A. Brito propõe, para evitar ambiguidade com a Língua Portuguesa, a colocação de um til sobre as vogais orais, tornando-as nasais. Vejamos alguns exemplos: /ã/: “grãdi”; /ẽ/: “sẽdu”; /ĩ/ “lĩga”; /õ/: “dimirasõ”; /ũ/: “kumũ”. Vogais Orais: <e> e <o> na posição final de palavra ele escreve “Firmi”, “mininu”²⁵.

Em síntese, A. de Paula Brito deu uma grande contribuição no concernente à valorização da LCV em vista à sua padronização. Apesar de não encontrar nenhum modelo, considera-se um estudo profundo sobre a problemática da escrita do Cabo-Verdiano. Estávamos no século XIX onde com muita coragem e determinação fez um

²⁴ Tirado dos apontamentos a aula da Língua Cabo-Verdiana ministrada pelo prof. Emanuel de Pina. E do Livro: Proposta da Unificação do Alfabeto e da escrita do Caboverdiano.

²⁵ Idem

trabalho com orientações científicas sobre a língua materna dos Cabo-verdianos, passando pelos diferentes pontos gramaticais e reconhecido por alguns teóricos conceituados, como um sistema de alfabeto e da escrita do Cabo-verdiano bem sucedido.

Um outro estudioso que contribuiu para a valorização da LCV foi o professor Pedro Cardoso de quem iremos na subsecção que se segue, analisar o seu contributo prestado no seu livro “*Folcore Cabo-verdiano*”.

2.4 Contribuição de Pedro Cardoso

Pedro Monteiro Cardoso era um professor que se interessava pela preservação da tradição cultural Cabo-Verdiana. Segundo Veiga (2002:19), esta é a razão por que publicou em 1932 o seu livro “*Folclore Cabo-verdiano*” em que explica a constituição do Cabo-Verdiano. Assumindo-se como defensor da afirmação do Cabo-Verdiano, o professor Pedro Cardoso diz que essa defesa nunca prejudicou o domínio que ele tinha da Língua Portuguesa. É por que muitos ainda pensam que o Cabo-Verdiano vai atrapalhar o ensino-aprendizagem e domínio pleno de outras línguas – portuguesa por exemplo (cf. Veiga op. cit. 20).

A este propósito Brito (2006), fazendo alusão a instrução primária na língua materna, que a UNESCO em 1951 já alertara, para o emprego, o mais prolongado possível da primeira língua, a então Direcção da Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação ao apresentarem o programa de Alfabetização Bilingue (1989) justificara com base nos conhecimentos Psicológicos, Sociolinguística e Pedagógicos - o propósito do Fórum da Alfabetização Bilingue (cf. Brito 2006. In Grupo para a Padronização do Alfabeto e da escrita do cabo-verdiano:232).

A justificação Pedagógica que o programa de Alfabetização Bilingue encontrou, confirma o que o professor Pedro Cardoso já tinha referenciado:

“...educar na língua materna facilita a aprendizagem da língua segunda e permite um maior desenvolvimento na área cognitiva, facilitando a aprendizagem, compreensão e avanço de conhecimentos”.

(Brito 2006:232)

Segundo Veiga (2002), trata-se de uma obra publicada num momento muito crítico. É de todo notório que Pedro Cardoso fez, um excelente trabalho – ainda na década de 30

– longe da Independência Política - mas já havia intenção da independência linguística, que começou a defender, nas conferências, nos artigos diversos na “língua di tera”. Escreveu no seu livro “folclore cabo-verdiano”: «Noções Elementares da Gramática», este trata embora de forma incompleta, de aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos (cf. Veiga: ibidem).

Em “Noções elementares de gramática” que é parte integrante do seu Folclore cabo-verdiano, afirma: “*O nosso alfabeto compõe-se de tantas letras quantas as da Língua Portuguesa*”. São eles em maiúsculas e minúsculas:

Maiúsculas	Minúsculas
A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z	a b c d e f g h i j l m n o p q r s t u v x z

Vê-se claramente que o alfabeto de Cardoso, é exactamente os alfabetos portugueses, portanto, não propõe nenhuma letra para a escrita do cabo-verdiano. O mesmo refere que o nosso alfabeto é composta de igual letras da língua portuguesa.

2.4.1. Algumas explicações relativas ao alfabeto proposto por Pedro Cardoso

Pedro Cardoso adopta o Alfabeto Português - mantém todas as letras desse alfabeto e não acrescenta nenhuma letra. No entanto acrescenta:

“Na adaptação destes aos órgãos fonadores do africano, observam-se os seguintes fenómenos fonéticos: Os grupos <ch> e <lh> soam como [tch] e [dj] respectivamente; o <j> inicial como [dj], e <o> medial, normalmente. Há algumas excepções quanto ao último fonema, devidas à assimilação” (Cardoso 1933: 53).

Pedro Cardoso não fez nenhuma proposta em relação à nasalização, recorrendo-se ao <m>, antes de <p> e , e <n> para a nasalização das vogais, assim como em Português. Senão vejamos: /an/: “grandi”; /en/: “sendo”; /in/: “língua”; /on/: “dimirason”; /un/: “cumun”. No que concerne às vogais orais: <e> e <o> na posição final de palavra, Cardoso escreve: “Firme” e “minino”²⁶.

A sílaba tónica persiste sempre, posto que algumas vezes se modifique a vogal ou degenere o ditongo respectivo. Ex. estômago> stango, mão> mon, leitão> liton. Segundo o mesmo as vogais átonas, iniciais ou finais, caem geralmente, ainda quando protegidas

²⁶ Idem

por consoantes. Ex. António> Ntone, acabar> cabá, amizade> mizad (Cardoso *op. cit.:ibidem*).

Na parte morfológica (substantivos, adjectivos e artigos), os substantivos variam somente em género, e os adjectivos nem em género nem em número. Há excepções, sendo bem curiosa a seguinte: atribuem-se funções de acessório ao apelido, fazendo-o concordar com o nome ou melhor, com o sexo portador (Folclore Cabo-verdiano Cardoso 1933:57): Ex. Paulo Monteiro, Paula *Monteira*.

Os artigos são também invariáveis em género e número. Dos definidos só existe o [a], neutro e invariável, usado exclusivamente em contracção com a preposição em. Ex. *na tchon, na mesa, na mar*.

Os verbos só tomam flexões designativas de tempos e modos no imperfeito do indicativo e particípio pretérito. Os números e as pessoas são indicados pelos pronomes pessoais que sempre acompanham os verbos.

Cumprе esclarecer alguns pontos de semelhança e diferenças entre os estudos de A. de Paula Brito e Pedro Cardoso. Assim, do posicionamento destes dois autores resultam semelhanças e diferenças (a base é comum). Assunto que iremos desenvolver na secção subsequente.

2.5 Semelhanças e diferenças entre A. De Paula Brito e Pedro Cardoso²⁷

2.5.1. Semelhanças

Pode-se apontar o estratagema utilizado para a representação de determinados sons palatais.

Os dois autores representam o [tʃ] pelo <ch>; o [ɲ] é representado em ambos por <nh>; para o [λ] não há proposta em nenhum deles, pelo que se julga que (na época) o fonema ou não existia no Cabo-Verdiano ou teria sido de muito pouco rendimento, razões que teriam justificado a ausência; o [j] continúa sendo representado nos dois por <x>, embora Pedro Cardoso o tenha por vezes feito por <ch>; ambos representam o [ʒ] por <j>, apesar de Pedro Cardoso o faz por <g>, em determinadas circunstâncias.

Há ainda a considerar que o uso da letra <g> que, quando gutural, precisa de

²⁷ Baseada em apontamentos das aulas de Língua Cabo-Verdiana, ministrada pelo Mestre Emanuel de Pina.

interposição do grafema <u> entre aquela e <e> ou <i>, para evitar a sua palatalização (salvo em A. de Paula Brito que, entretanto, dele se socorre na escrita de “purtuguês”).

2.5.2. Diferenças

Há uma que parece essencial: enquanto A. Brito confessa a existência de um “*alfabeto crioulo*” e avança as letras da sua composição, Cardoso afirma o “*nosso alfabeto compõe-se de tantas letras quantas as da Língua Portuguesa*”, o que significou na prática a adopção das mesmas letras do alfabeto português por parte deste estudioso.

Destes posicionamentos resultam consequências práticas como estas: enquanto Pedro Cardoso assume todas as letras do alfabeto português (sem lhes acrescentar nenhuma), A. de Paula Brito exclui da sua proposta algumas letras do alfabeto português (<c> <h> <g>), ao mesmo tempo que introduz a letra <k> e outros símbolos por associação de letras, como são os casos do <ch>, <jh>, o <nh> e <rr>.

De notar que este autor pretende que o “alfabeto crioulo” seja constituído de “letras simples” e “letras dobradas”, de que aliás deu exemplos verificados já no quadro anterior.

Outra diferença encontra-se na representação do [d3] que em A. Paula Brito se faz por <jh>, enquanto Pedro Cardoso o faz ora por <dj> e ora por <j>. Outra diferença (já verificada) tem que ver com a questão de *letras simples e letras dobradas* explicitamente assumida por A. de Paula Brito, enquanto Pedro Cardoso não a considera ao apropriar-se do alfabeto português, em que tal distinção não ocorre, pressupondo apenas associações de letras na representação de determinados sons africanos.

Faz-se notar ainda que, em princípio, Pedro Cardoso teria adoptado a letra <x> para apresentar o palatal [j]. Todavia, surge na sua escrita a combinação <ch> para representar também o som palatal [j], que, mais tarde, aconselharia deve-se ser representado apenas por <x> (cf. Pedro Cardoso, contracapa de *Cadernos luso-cabo-verdianos*, Vol. II, Praia, 1942).

Por tudo o que ficou exposto a respeito das propostas de alfabeto nos dois autores em apreciação, talvez haja conveniência de um quadro sobre a representação dos sons palatais propostos ou utilizados, para análise e comparação, porque as diferenças registam-se sobretudo a nível dos palatais. Assim temos:

Representação de palatais

A. de Paula Brito	Pedro Cardoso
ch (= [tʃ]), jh (= [dʒ])	ch (= [tʃ] e [ʃ]), dj (= [dʒ] e [ʒ]),
nh (= [ɲ]), j (= [ʒ]),	g (= [ʒ]),
x (= [ʃ])	x (= [ʃ])

No que concerne à nasalação no processo de escrita, vários foram os expedientes usados. Vejam-se as diferenças entre A. de Paula Brito e Pedro Cardoso:

A. Brito referindo-se à representação das vogais, afirma que “*as nasais são representadas por [ã, ê, î, ô, û]*” (p.243). *De imediato esclarece: as vogais nasais poder-se-iam representar segundo as regras da ortografia portuguesa, mas para evitar ambiguidades as representamos constantemente com o til sobreposto ao sinal da vogal oral*”. (p.243).

E acrescenta: “*na nossa ortografia só representamos as vogais nasais por vogal seguida de <m> quando a nasalação resulta de se deixar de pronunciar, como som independente, o <m> que reflecte o pronome enclítico <me> português*” (p.243).

Este autor é o único a avançar explicitamente uma proposta de nasalação que ele próprio honrou, respeitando-a sistematicamente no exercício da escrita. Pedro Cardoso, apesar de num determinado passo das suas “Noções elementares de gramática” insertas no *Folclore cabo-verdiano* se referir ao “*oral ou nasal*”, não avança nenhuma proposta.

O mecanismo por ele utilizado na escrita é o mesmo encontrado na língua portuguesa, se se exceptuar o recurso ao til (no fim de palavras que terminam em [ã] ou [â]) que ele não faz, ao adoptar o <m> ou <n> em sua substituição (depois de fazer cair o [o] ou [a] do ditongo nasal). Isto significa que na posição medial, Pedro Cardoso recorre ao <m> ou <n> da mesma forma e nas mesmas circunstâncias em que isso ocorre em português.

Assim, antes do e do <p> a vogal nasaliza-se com a posposição do <m>; antes das demais consoantes, pela posposição do <n> à vogal. Relativamente à representação das vogais no fim de palavras não determinadas (em português) em [ã] ou [â], Pedro Cardoso adopta um procedimento idêntico ao que acontece em português, utilizado

simplesmente o <m>. Até então foram as análises possíveis na verificação dos pontos convergentes e divergentes entre Brito e Cardoso.

Outro estudioso que entra na defesa da LCV, apesar de não ter feito um estudo científico – apresentação de um alfabeto – mas pelas obras produzidas, mereceu entrar na lista dos defensores do cabo-verdiano. Passaremos a seguir a analisar a contribuição de Eugénio Tavares.

2.6 A Escrita de Eugénio Tavares

Eugénio Tavares foi um dos primeiros poetas a escrever no cabo-verdiano. Foi quem traduziu o mais alto lirismo do português para o Cabo-verdiano desde Luís Vaz de Camões a João de Deus (Veiga 2002:20).

Em 1893, foi publicada a sua tradução das Endechas de Camões à Bárbara Escrava, “*Bárbara, Bonita Skrába*”. Posteriormente, fez a tradução de a “Enjeitadinha” (Enjeitadinha), de João de Deus, aliás, a quem dedicou o seu livro *Mornas*. Tudo na linha de defesa e valorização da língua materna (Veiga: *ibidem*).

Embora ele não tenha explicitamente desenvolvido um sistema de escrita, merece menção pelo volume de obras na LCV que produziu. Principalmente «*Morna – Cantigas Crioulas*» editado em 1932 e reeditado pelo Instituto Cabo-Verdiano do Livro, em 1996 (Veiga: *ibidem*).

Eugénio Tavares é um monumento da alma e da saudade crioula. Trata-se de um sistema etimológico, e como tal apoia-se nas regras de ortografia do português, mas adaptadas às características próprias da variante da Brava.

Assim como Eugénio Tavares, as duas personalidades a seguir mereceram também menção pelo trabalho meritório em prol da afirmação, defesa e valorização da LCV. Napoleão Fernandes, pela sua aventura lexical e Sérgio Frusoni – poeta, pelo volume da obra na LCV.

2.7 Napoleão Fernandes

À semelhança de Tavares e Cardoso, já nos anos vinte, do século passado, que Napoleão Fernandes começou a sua aventura lexical no cabo-verdiano (Veiga 2002:21).

Natural da Ilha Brava descobriu desde logo que o então chamado dialecto crioulo,

pela sua importância, tanto linguístico como sócio-cultural, merecia ser estudado. Por isso, nas suas viagens entre as ilhas tentou fazer um levantamento das expressões utilizadas para a valorização de uma língua tão útil à sociedade (Veiga: *ibidem*).

A obra empreendida em 1920, no remanso da sua propriedade de Galo-Canta, em Santa Catarina, na Ilha de Santiago, levaria cerca de 40 anos a ser compilada, tendo o seu autor falecido em 1969, sem a ver concluída. Graças à filha Ivone Fernandes Ramos, que o trabalho, ainda incompleto, é dado à estampa, em 1991 (Veiga *op. cit.*: 22).

Ainda Veiga (*op. cit.*: 22), afirma que a atitude deste autor é cultural, mas também é política. Ao empreender a sua obra e ser coerente consigo mesmo num ideário que ficou incompleto, mas que traduz uma caminhada de mais de 40 anos de percurso. Fernandes quis dar a sua contribuição para a afirmação da LCV.

2.8 A Escrita de Sérgio Frusoni

Sérgio Frusoni foi um poeta de meados do séc. XX que escreveu na LCV. Tal como Eugénio Tavares produziu extensa obra e merece igualmente menção pela escrita etimológica que usou, mas neste caso adaptada às características próprias do dialecto de São Vicente.

Depois das personalidades – intelectuais – terem dado o seu contributo em prol do Cabo-Verdiano na perspectiva da sua padronização, apesar de uns com cientificidade e outros nem por isso, chegou a vez de as autoridades darem passos mais firmes nesta matéria. Daí o primeiro Colóquio Linguístico – Mindelo de 1979, o que será objecto de análise na subsecção 2.9.

2.9 Proposta do Colóquio de Mindelo 1979

2.9.1. Enquadramento breve

A prática de escrita prevalecente até os primeiros anos da Independência Nacional foi inspirada na ortografia portuguesa criando-se, deste modo, uma tradição de escrita essencialmente etimológica (cf. Matos. In Grupo para a padronização do Alfabeto 2006:134).

Não é difícil descortinar a preocupação, implícita ou explícita, que preside a tal prática. Resultado de uma espécie de compromisso com a língua de superstrato, a própria escrita é marca da relação de dependência de que a língua emergiu (Matos op. cit.: *ibidem*).

A proposta de ruptura com esta orientação genética, de pendor estritamente diacrónico, acontece em 1979, durante o Iº Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde, realizado em Mindelo, de 8 a 16 de Abril. No acto de abertura do Colóquio, referiu-se que:

“...este e outros Colóquios que por força lhe seguirão são pequenos passos iniciais para o estudo, estruturação, e sistematização da nossa Língua Nacional que conduzirão, no futuro, a sua adopção como Língua escrita, literária e de escolarização.”

(Matos: op. cit.: 134)

2.9.2 Outras Leituras do Colóquio de Mindelo 1979

Lima da Cruz (2005) afirma que em boa hora foi pensado este Colóquio e melhor ainda agiram. O evento constitui um marco milenário na história cultural cabo-verdiana. Tratou-se do primeiro evento histórico com fôlego, visando o debate dos problemas relativos ao estudo e à utilização da língua materna. Participaram linguistas, antropólogos, professores, escritores, nacionais e estrangeiros, numa gama extensa e variada de apetências quanto de sensibilidades (Cruz op. cit.: 70).

Aprofundaram-se temas e argumentos, de foro identitário, linguístico, de funções culturais, sociais, educacionais e políticas (Cruz op. cit.: *ibidem*).

Se um dos objectivos do Colóquio era a proposta de um alfabeto que servisse de base, “*conditio sine qua non*” para que a língua acesse a um sistema gráfico, à fixação gráfica, à visualização, tal desiderato terá sido, sem sombra de dúvida, um dos ganhos maiores (Cruz op. cit.: 71).

No colóquio, propôs-se um alfabeto de base fonético-fonológica. Passa a reportar-

se à economia e ao rigor da correspondência unívoca entre um grafema e um fonema. No Colóquio de Mindelo analisou-se cuidadosamente e atenta os factores políticos, económicos, sociais e culturais implicados pela definição de uma escrita, aportando às conclusões a que chegou. Não deixa de reconhecer dificuldades.

Na perspectiva de Veiga (1982), trata-se de um alfabeto extremamente funcional onde uma letra corresponde a um som e um som corresponde a uma letra. É baseado no IPA (Alfabeto Fonético Internacional) e com ligeiras adaptações (Veiga 1982:14). A particularidade deste alfabeto está na sua pertinência linguística e na sua economia estrutural. Assim, no seu sistema, a um fonema só pode corresponder um grafema e vice-versa.

A proposta de Mindelo, embora de base latina, afasta-se consideravelmente do modelo etimológico até então praticado na escrita do Cabo-Verdiano. Trata-se de um modelo de base fonético-fonológica, na medida em que a um fonema sempre corresponde a um grafema e vice-versa. O alfabeto em referência era integrado por vinte e seis letras, correspondentes a igual número de fonemas²⁸.

Ainda o Colóquio de Mindelo recomendava que o pronome pessoal sujeito da primeira pessoa fosse representado por «N», e o complemento correspondente por «m»; que a conjunção coordenada copulativa tivesse a representação de «y» (Veiga 2002:46).

Apesar de esse sistema ter sido utilizado por alguns escritores; foi largamente utilizado para a Direcção Geral do Património Cultural de então; teve boa aceitação junto das estruturas do programa de ensino bilingue em Bóston; serviu ainda de suporte do programa radiofónico *Finka-pé* (1980-82) e no ensino da estrutura do Cabo-verdiano na Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário, hoje estrutura da UNI-CV (cf. Veiga op. cit.: *ibidem*).

Pode dizer-se que a rejeição dessa proposta foi maior que aceitação. Até lhe deram o nome de alfabeto de chapéu, porque as consoantes palatais traziam sempre um acento circunflexo como marca de palatização (cf. Veiga op. cit.: 47).

Isso deveu-se ao choque que um sistema fonético provocou ante os hábitos de escrita etimológica, e devido a dificuldades tipográficas em representar certos caracteres.

Quatro comissões de trabalho debruçaram-se sobre grandes módulos segundo os temas: a) Fonologia e Sistemas Gráficos; b) Ensino e Aprendizagem do crioulo como Língua Materna; c) Bilinguismo e Línguas em Contacto; d) Papel do Escritor na

²⁸ Consultado no dia 01 de Agosto de 2009 in www.Google.com

Afirmação e Desenvolvimento da Língua Materna (Cruz 2005: 74).

No Colóquio de Mindelo, interpelou-se o povo Cabo-Verdiano, sempre e em todo o lado. Interpela igualmente a minoria, a elite cuja formação se fez muitas vezes na base da alienação cultural, pelo menos para a abertura das disposições de fundo (Cruz op. cit.: 72).

As projecções apontam, na pisa da língua materna e nacional, elevada ao patamar a que tem jus, poder ser língua oficial, língua de ensino, de educação e de instrução, língua da administração, veículo de democratização da cultura, factor de afirmação e de unidade, factor ainda de modernidade (Cruz op. cit.: *ibidem*).

Segundo Lima da Cruz (2005:73), o Colóquio propõe que se definam as situações em que o português continuará a ser usado enquanto língua oficial e segunda, enquanto desloca o acento para a necessidade do “alcandoramento” da língua Cabo-Verdiana à condição de oficial, para além de materna e nacional que ela já é.

No colóquio, recomendou-se a sensibilização dos pedagogos no sentido da soltura expressiva da criança, coisa que apenas poderá fazer-se na língua materna desta. Refere-se que Colóquio de Mindelo condensa a proposta de medidas a curto, a médio e a longo prazo, as mais importantes das quais se encontram diluidamente transcritas ao longo das principais questões desta nossa presente abordagem (Cruz op. cit.: *ibidem*).

Nesta linha de ideias, Brito (2006:234) assegura que o Colóquio reafirmou o direito da criança ser ensinada na sua língua materna e o direito de um povo de reivindicar a promoção da sua língua ao nível de língua oficial.

Mindelo recomenda a utilização cada vez mais difundida da LCV nas reuniões interessando a toda a comunidade, com lugar privilegiado como meio de comunicação social (Cruz op. cit.: 74).

Não deixa de acenar o uso administrativo, com mais uma porta aberta para a consistente condução da dinâmica das coisas. O mesmo autor conclui que o estudo da nossa língua deve partir da nossa realidade intrínseca e funcional (Cruz op. cit.: *ibidem*).

Ainda vai na linha de formação de quadros médios e superiores, não apenas no campo linguístico, se não também no campo sócio-linguístico, Ciências da Educação, ciências exactas, etc.

Dez anos depois do Colóquio de Mindelo, em 1989, chegou-se a conclusão de que apesar da economia, da sistematicidade e da funcionalidade do alfabeto proposto, a sua representação afastava-se muito da prática de escrita até então vigente, impunha-se uma nova proposta que pudesse ser mais consensual (cf. Veiga 2002:47). Daí seguiu o Fórum

de Alfabetização Bilingue, debruçaremos sobre a proposta de 1989 na subsecção que se segue.

2.10 Fórum Internacional de Alfabetização Bilingue – 1989

As estruturas da Educação Extra-escolar animavam círculos de cultura na língua materna com intuito de identificar os problemas que a alfabetização vinha enfrentando. Organizou-se em 1989, um colóquio com o nome de “*Fórum de Alfabetização Bilingue*” (Veiga 2002:47). O Fórum de Alfabetização Bilingue justifica-se nos seguintes termos, segundo Brito (2006):

“Alguns argumentos, que se baseiam nos novos conhecimentos da área da Psicologia, forneceram maiores dados sobre papel vital da língua materna no desenvolvimento psicomotor, emocional, moral e cognitivo das crianças e adultos. Na perspectiva sociolinguística, uma educação adaptada à realidade do país e com raízes nos aspectos sócio-culturais passa pela utilização e envolvimento das línguas maternas. Pedagogicamente, educar na língua materna facilita a aprendizagem de uma língua segunda e permite um maior desenvolvimento na área cognitiva, facilitando a aprendizagem, compreensão e avanço de conhecimentos...”

(Brito 2006:232. in Grupo para a Padronização do Alfabeto)

Reuniu-se no referido fórum, para além dos alfabetizadores, professores, escritores e linguistas. No debate, contundente em alguns momentos, concluiu-se que se deveria optar por um modelo de alfabeto que fosse mais consensual (Veiga 2002:47).

O Fórum entendeu-se propor a criação de uma Comissão Consultiva, a qual, após a análise da questão, deveria propor medidas concretas ao Governo e à então Direcção de Educação Extra-Escolar com vista a solucionar o problema do alfabeto (Veiga op. cit.: *ibidem*).

A Comissão avançou propostas concretas, nomeadamente sobre a questão de alfabeto, mas infelizmente o documento preparado não teve seguimento junto da Direcção de Educação Extra-escolar (Veiga op. cit.: *ibidem*).

No entanto, o trabalho da Comissão Consultiva não produziu os efeitos esperados,urgia uma outra iniciativa que pudesse encontrar uma saída para a questão do alfabeto e da escrita da LCV (cf. Veiga op. cit.: 48).

A comissão foi criada por personalidades ligadas ao ensino, à literatura e à linguística. Foi organizado em quatro subcomissões:

- (i) A história da escrita em Cabo Verde;
- (ii) a importância da padronização para a língua, para o ensino e para a cultura;
- (iii) as funções e disfunções do alfabeto de base etimológico e de fonológico, propostos no colóquio de Mindelo e no Fórum Alfabetização Bilingue;
- (iv) a funcionalidade, a aceitabilidade e as implicações de um alfabeto unificado para a escrita do cabo-verdiano.

Assim, analisaremos nas subsecções que se seguem, o (s) resultado (s) do trabalho dessa comissão que foi criada para pronunciar com cientificidade e investigação aprofundada sobre a problemática da padronização do alfabeto e da escrita do cabo-verdiano. Igualmente a proposta do alfabeto do Fórum Alfabetização Bilingue.

2.10.1 A Proposta do Alfabeto de 1989

2.10.2 Enquadramento Breve

A proposta do alfabeto de 1989 foi apresentada no Fórum Internacional sobre Alfabetização Bilingue realizado nesse ano, na cidade da Praia. É da autoria de Dulce Fanha, consultora do então Projecto Experimental de Alfabetização Bilingue (PEAB), da Direcção-Geral de Educação Extra-Escolar.

O PEAB tinha por finalidade “*a melhoria da qualidade e rendimento do sistema educativo*” (PEAB, 2) pelo que se propunha, entre outros objectivos específicos, “realizar estudos para o desenvolvimento da língua materna” (*ibidem*, 3).

2.10.3 Composição do Alfabeto Proposto

São os seguintes os símbolos da proposta de alfabeto de Dulce Fanha (*in* “Crioulo de Cabo Verde – Proposta de Ortografia”, Estudo sobre a Língua Cabo-verdiana.):

Maiúsculas	Minúsculas
A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, K, R, S, T, U, V, Z	a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, p, k, r, s, t, u, v, z

O <c> e o <h> só se empregam nos seguintes dígrafos:

ch [ʃ], como em “decha”; nh [ɲ], como em “vinhu”; lh [λ], como em “pilha”; e no trígrafo tch [tʃ], como em “tcheu”; O som [dʒ] é representado pelo dígrafo dj, como em “odju”.

2.10.4 Princípios e fundamentos

Em “Normalização e Ortografia: tipo de problemas” (documento integrante do Estudo...), a autora explicita os princípios em que assenta a sua proposta de ortografia, construída a partir do alfabeto em questão.

São eles:

- Preservar a natureza cultural intrínseca da língua alterando radicalmente a grafia de modo a garantir uma certa tradição;
- Garantir a funcionalidade do alfabeto, estabelecendo a relação biunívoca entre os sons e a sua representação gráfica e facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita;
- Adoptar os símbolos que assegurem o princípio da economia da língua;
- Garantir a operacionalidade do alfabeto, seleccionando símbolos que possam ser aceites pelas máquinas de escrever e computadores.

2.10.5 Justificação das grafias palatais

Como se verifica pela comparação dos dois alfabetos que apresentamos, as divergências situam-se na representação dos sons ([dʒ], [ʒ], [ʃ], [tʃ], [ɲ], [λ]).

Dulce Fanha justifica assim as grafias [dj, j, ch, tch, nh, e lh], que propõe:

“Opto aqui pela grafia mais próxima do português, porque sendo a mais tradicional, e, por isso, mais susceptível de ser reconhecida e aceite pela população cabo-verdiana, não é rejeitada nem por máquinas de escrever nem por processadores de texto.” (ibidem, 10)

Quanto à utilização de dígrafos e trígrafos, a autora reconhece que constituem uma sobrecarga para a grafia. No entanto, afirma que a sua escolha, para além de assegurar o princípio da biunivocidade, tem a vantagem de não sobrecarregar a grafia com

diacríticos.

A representação <k>, que como vimos, integra o alfabeto do crioulo de A. de Paula Brito, “tem a enorme vantagem de poder representar um som que na grafia portuguesa é representado por três grafemas: [qu, c e k]” (ibidem: 11).

O alfabeto fonético-fonológico proposto em Mindelo 1979 suscitou algumas reacções negativas e resistências de certos estratos da sociedade, principalmente pela forma pouco comum como se reproduziam graficamente alguns fonemas (Cruz 2005:76).

Foi assim que num gesto de boa vontade, certamente na linha da busca das melhores condições e soluções para uma política realista, o Governo de Cabo Verde organizou em 1989 um Fórum de Alfabetização Bilingue, em que a linguista Dulce Fanha apresentou um estudo gramatical como ficou espelhado anterior (Cruz op. cit.: *ibidem*).

Como consequência das recomendações desse Fórum e cumprimento das mesmas, viria em 1993 a proposta de um novo alfabeto, resultante dos trabalhos de uma comissão, a Comissão de Padronização do Alfabeto – ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano) (Cruz op. cit.: *ibidem*).

2.11 Resultados da Comissão da Padronização do Alfabeto e ALUPEC

Não tendo a proposta de 79 merecido consenso desejado e considerando que o trabalho da Comissão Consultiva não produziu os efeitos esperados, o Departamento de Linguística do então Instituto Nacional da Cultura (INAC) avançou, em 1993, uma proposta no sentido de se criar um grupo para a padronização do alfabeto (Veiga 2002:48).

O grupo foi formado por personalidades ligadas ao ensino à literatura e à linguística foi integrado por: Manuel Veiga – presidente – Alice Matos, Dulce Duarte, Eduardo Cardoso, Inês Brito, José Luís Hopffer Almada e Tomé Varela da Silva (Veiga op. cit.: *ibidem*).

O alfabeto proposto pelo grupo de padronização leva o nome de ALUPEC, ou seja, Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (Veiga op. cit.: *ibidem*). A particularidade fundamental desse alfabeto consiste na harmonização dos dois modelos de alfabeto, o de base etimológica (com legitimidade histórica) e o de base fonológica com legitimidade económica, sistemática e funcional (Veiga op. cit.: *ibidem*).

É o princípio da fonologia que rege o ALUPEC, na medida em que um som

corresponde sempre a um símbolo e vice-versa. Porém, todas as letras são de base latinas. Em vez de [c, j, ñ, ã, ê, í], - proposta de Mindelo, - o grupo propôs, respectivamente, a representação [tx, dj, nh, x, j, lh] (Veiga op. cit.: *ibidem*).

Nesta base, o alfabeto ficou composto de vinte três letras e quatro dígrafos:

Maiúsculas	Minúsculas
A B S D E F G H I J DJ L LH M N	a b d dj e f g h i j k l lh m n nh n o p r s t tx
NH N O P K R T U V X TX Z	u v x z

De acordo com Veiga (2002:49), seria essa mesma comissão que, no término de cinco anos, faria o balanço da prática do ALUPEC, proporia as possíveis adaptações e aconselharia o Governo sobre o alfabeto com carácter definitivo a ser aprovado.

ALUPEC é um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som da LCV. Consiste na harmonização de dois modelos de alfabeto, o de base etimológica e o de base fonológica trata-se de um sistema fonético baseado no alfabeto latino (Grupo para a padronização do Alfabeto 2006:29).

Em 20 de Julho de 1998, o ALUPEC foi aprovado pelo Conselho de Ministros de Cabo Verde, como modelo experimental, durante um período de cinco anos. Segundo a porta-voz do Conselho de Ministros, o ALUPEC teria « [...] *em conta a diversidade da LCV em todas as ilhas, devendo apenas depois desse período experimental pensar-se a sua introdução no sistema de ensino* ».

Em 2005, o ALUPEC foi reconhecido pelo governo de Cabo Verde como sistema viável para a escrita do cabo-verdiano, sendo até à data, o único oficialmente reconhecido pelo mesmo governo. Apesar de ser o único oficialmente reconhecido, permite o uso de outros modelos de escrita, «...*desde que apresentados de forma sistematizada e científica* ».

2.11.1 Socialização do ALUPEC

O ALUPEC foi bem aceite pela sociedade. Também foi aceite pela comunidade de linguistas, nos diversos níveis e domínios da comunicação escrita. Pretende-se que os utentes o reconheçam como instrumento linguístico útil e se sirvam dele.

A sua aceitabilidade justifica-se pelas suas características intrínsecas:

Sistematicidade, oposição distintiva, pertinência funcional, economia linguística e biunivocidade entre fonema e grafema. Rege-se pelo princípio fonológico que se reduz na relação biunívoca entre fonema e grafema na medida em que cada grafema representa sistematicamente um fonema e vice-versa.

2.11.2 Funcionalidade do ALUPEC²⁹

A funcionalidade resulta do equilíbrio mediável entre o modelo de escrita de base etimológica e o de base fonológica que se consegue no respeito pela funcionalidade linguística e pelos aspectos teóricos representativos.

O ALUPEC, por razões de ordem económica e funcional, absorveu os aspectos fonológicos pertinentes. O elemento de ordem histórica e sociolinguística adoptou-os do alfabeto de base etimológica, mas evitando a estruturação constante deste alfabeto, bem como o estatismo caprichoso e descaracterizado. Esta caracterização confere-lhe uma funcionalidade fundamentalmente pragmática.

A funcionalidade de base etimológica rege particularmente pelos aspectos extra-linguísticos, como sejam a convenção e o hábito. No entanto, tais aspectos devem ser considerados dentro dos limites da pertinência sociolinguística.

A disfuncionalidade ocorre principalmente da utilização de vários sinais gráficos para representar o mesmo som da língua, o que não só sobrecarrega a escrita, como a torna pouco sistemática.

2.11.3 Da Funcionalidade e Disfuncionalidade do Alfabeto de Base Fonológica³⁰

As características fundamentais do alfabeto fonológico são a biunivocidade e a sistematicidade, na medida em que cada grafema representa sempre um mesmo fonema e cada fonema corresponde mesmo grafema.

Esta biunivocidade sistemática torna a escrita económica e a sua aprendizagem mais acessível. No entanto, ela pode revelar-se redutora, tendo em conta o dinamismo da língua oral e o carácter estático da escrita. Daí que a sua disfuncionalidade reside no facto de a mudança fonética não poder ser acompanhado a par e passo por mudança do alfabeto.

²⁹ In Grupo para a padronização do alfabeto 2006: 151 segs

³⁰ Idem

O ALUPEC retém todas as letras e dígrafos da escrita de base etimológica com características de biunivocidade entre o fonema e o grafema. O ALUPEC conservou ainda algumas letras da escrita de base etimológica conferindo-lhes características de biunivocidade que antes não possuíam: <S, G, J, X, Z>. Nota-se que também a letra <k> passa a representar todos os sons [k], em conformidade com o princípio da biunivocidade.

O ALUPEC representa dois novos sinais gráficos cuja representação não se encontra na tradição da escrita de base etimológica: ñ (ñganhoma) e <tx>. Retorna ainda a proposta do Colóquio de Mindelo quanto à representação <ñ>.

O ALUPEC opta pelos dígrafos <tx> e não pelo trígrafo <tch> (largamente utilizado na escrita de base etimológica) e tem como fundamento: trata-se de um dígrafos, portanto mais económico do que um trígrafo e com correspondência na estrutura de alguns sons palatais do ALUPEC [dj, nh, lh].

Em síntese, é assim, que ALUPEC surge como ponto mais alto de todo o processo de caminhada da e na escrita da língua nacional. Chegou a ser oficial ainda que a título experimental, foi bem aceite e largamente praticada. Do ponto de vista cultural representa um ganho jamais alcançado nas duras batalhas travadas em prol da afirmação e promoção da LCV.

Reconhece-se que falta ao ALUPEC a publicidade adequada e a promoção do seu uso, além de uma campanha de sensibilização da sociedade em geral, como sejam: professores, jornalistas, escritores, sociedade civil em geral, no sentido de todos conhecerem a fundo a questão da escrita da língua nacional e quiçá a questão da oficialização.

2.11.4 Mesa Redonda Sobre Avaliação do ALUPEC (2008)

(B.O. de 16 de Março de 2009, I Série, nº 11. Decreto-Lei nº 8/2009)

Dez anos após a aprovação do ALUPEC, foi realizado, em Dezembro de 2008, um Fórum para a avaliação desse modelo de escrita, durante o percurso feito e para perspectivar os caminhos do futuro.

O Fórum que reuniu vários utilizadores do ALUPEC (Linguistas, professores, escritores, tradutores...) chegou às seguintes conclusões:

Que o ALUPEC é um instrumento útil e funcional para a escrita na LCV;

Que se deve criar incentivos para a escrita do ALUPEC;

Que se deve criar um Instituto Autónomo ou uma Academia para se ocupar da problemática da LCV;

Que a padronização da escrita deve ser um caminho aberto, onde se privilegia a ciência, o consenso e o bom senso, sujeitos à avaliação e adaptação periódicas. Nesse sentido, deve-se continuar a aprofundar a questão da acentuação e do til, bem como a representação da constrictiva velar nasal [ñ], do [y] e do [lh];

Que o ALUPEC – pela funcionalidade e utilidade demonstradas; pelo interesse académico, social e cultural do que tem sido objecto; pela plasticidade na representação de toda as variantes da língua; por não ter tido a concorrência de nenhum outro modelo alfabético sistematizado e consistente – deve ser instituído, definitivamente, como Alfabeto Cabo-verdiano.

Assim, no seu primeiro artigo, Instituiu o Alfabeto Cabo-verdiano:

O ALUPEC, aprovado, em regime experimental, pelo Decreto-Lei nº 67/98, de 31 de Dezembro, é instituído como Alfabeto Cabo-verdiano.

O Alfabeto Cabo-verdiano funciona como um sistema gráfico nacional para a escrita da LCV.

No artigo segundo -Letras e Dígrafos:

O AC integra vinte e quatro letras e quatro dígrafos, devendo a ordem das letras figurar antes dos dígrafos.

As letras, em maiúsculas e minúsculas, são as seguintes, maiúsculas e minúsculas:

Maiúsculas	Minúsculas
A B D E F G H I J K L M N Ñ O P R S T U V X Y Z	a b d e f g h i j k l m n ñ o p r s t u v x y z
Dígrafos: DJ LH NH TX	dígrafos: dj lh nh tx

Em síntese, pode verificar-se que, ao longo dos tempos, houve várias tentativas de padronização e normalização da Língua Cabo-Verdiana. Apesar da exclusão a vários

níveis: de ensino, administração, a Língua Cabo-verdiana conseguiu atingir hoje o estatuto de língua da administração e dos tribunais.

CAPÍTULO III

LINHAS CONCLUSIVAS

Por tudo que ficou exposto, conclui-se essencialmente o seguinte:

A partir do séc. XIX, com a oficialização do ensino em Cabo Verde e com a utilização exclusiva do Português, o Cabo-Verdiano foi marginalizado e excluído de todos os domínios geradores de prestígio: Ensino, Administração, Tribunais, etc., ficando confinado a uma utilização doméstica.

Mas, de acordo com Veiga (1994), é também, no século XIX, que a Língua Cabo-Verdiana começou a ser reclamada como suporte principal da caboverdianidade, o que, segundo ele, não era de admirar, uma vez que foi nesse período que também ascendeu ao estatuto de língua nacional e materna.

Ao longo de todo o período colonial, a Língua Cabo-Verdiana foi sempre desprezada, apesar de ser a língua falada por toda a população e ter havido momentos em que a sua aprendizagem era incentivada. Com um estatuto inferior, não foram criadas condições para a sua instrumentalização, apesar de haver já no século XIX alguns textos escritos em crioulo.

Assim, de acordo ainda com Veiga (op. cit.), com recurso ao alfabeto português, muitos intelectuais Cabo-Verdianos, depois de meados do século XIX, utilizaram a Língua Cabo-Verdiana nas suas produções. Aliás, toda a criação literária nessa língua, principalmente após a Independência Nacional, era e é mais uma prova de que a mesma se mantém como expressão identitária do povo Cabo-Verdiano.

A língua Cabo-Verdiana é essencialmente oral, mas, apesar desta condição e de todas as pressões, tem acompanhado a evolução e o crescimento do povo e da cultura Cabo-Verdiana.

Pelo facto de ela continuar a ser uma língua essencialmente oral, o seu confronto permanente com o Português vem engendrando uma descrioulização gradual, que poderá fazer perigar a sua estrutura, tanto do ponto de vista fonético-fonológico, como morfossintático.

Deste modo, de acordo com Brito (in Grupo para a padronização do alfabeto 2006), a escrita surge para defender a língua, pois é uma forma da sua fixação e conservação e também valoriza-a porque se trata de uma forma prestigiada social e cultural de comunicar.

Tanto quanto se sabe, ao longo dos tempos, houve várias tentativas de padronização e da escrita do Cabo-Verdiano, sobretudo através das diversas propostas de alfabetos que se conhecem. De entre elas, destacam-se:

- a de António de Paula Brito (1888), que foi o primeiro estudo com tentativa de explicação das regras de gramática do Cabo-Verdiano. Este autor deu uma grande contribuição para a valorização da escrita desta língua. Apesar de não ter sido adoptada, foi considerado o primeiro estudo científico sobre a Língua Cabo-Verdiana e a sua escrita.

- a do Colóquio de Mindelo (1979). Este era o primeiro evento científico e internacional que visava o debate dos problemas relativos ao estudo e à utilização da língua materna cabo-verdiana. Foi considerado um marco importante para o estudo, a estruturação, e a sistematização da Língua Cabo-Verdiana. Um dos objectivos do Colóquio era a proposta de um alfabeto que servisse de base, para que a língua acesse a um sistema gráfico-fonológico. Nesse colóquio, propôs-se uma escrita essencialmente fonológica.

No Colóquio, adoptou-se o dialecto do Sotavento como variante de base para a escrita do Cabo-Verdiano, com fundamento na constatação de que: a fonologia profunda de Barlavento é idêntica ou largamente similar à fonologia de superfície de Sotavento, entre outras razões, posteriormente retomadas e sistematizadas.

Vale também frisar que a opção de Mindelo por um alfabeto fonético-fonológico tem o seu fundamento no princípio de que a língua Cabo-Verdiana, como qualquer outra, é um sistema autónomo e único na sua estrutura fonética, morfológica, lexical, sintáctica e semântica. Assume-se que se tomou como base a realidade intrínseca da língua, isto é, a sua estrutura fonológica”, o que contribui para que ficasse assegurada a sua “autonomia fonética”.

Pode concluir-se que a principal característica deste alfabeto é o da biunivocidade da relação grafema/fonema, de acordo com o princípio de uma letra um som, um som uma letra. Portanto, a questão da arbitrariedade, da economia ou, globalmente, da funcionalidade, não se coloca, quando se opta pelo alfabeto fonológico, onde a correspondência som/letra, letra/som é uma imposição.

Coloca-se, no entanto, a questão da sistematização e outras, quer de natureza sociolinguística, por exemplo, da aceitação ou não aceitação do alfabeto pela comunidade, ou parte dela; quer de natureza prática, no que diz respeito à operacionalidade, isto é, da possibilidade de ser utilizado em máquinas de escrever e computadores.

No pressuposto de que a aceitação da proposta de alfabeto de 1979 pode ser medida pela frequência da sua utilização na escrita posterior a esta data, deve concluir-se que a proposta não foi rejeitada pelos que escrevem em língua nacional.

- a de 1989 feita por Dulce Fanha, consultora do então Projecto Experimental de Alfabetização Bilingue (PEAB), da Direcção-Geral de Educação Extra-Escolar. Foi apresentada no Fórum Internacional sobre Alfabetização Bilingue realizado nesse ano, na cidade da Praia.

Os seus princípios e fundamentos eram, entre outros, os seguintes:

- preservar a natureza cultural intrínseca da língua alterando radicalmente a grafia proposta em 1979, de modo a garantir uma certa tradição;
- Garantir a funcionalidade do alfabeto, estabelecendo a relação biunívoca entre os sons e a sua representação gráfica e facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita;
- Adoptar os símbolos que assegurem o princípio da economia da língua;
- Garantir a operacionalidade do alfabeto, seleccionando símbolos que possam ser aceites pelas máquinas de escrever e computadores.

Fanha (1989: 10) afirmava: “Opto aqui pela grafia mais próxima do português, porque sendo a mais tradicional, e, por isso, mais susceptível de ser reconhecida e aceite pela população Cabo-Verdiana, não é rejeitada nem por máquinas de escrever nem por processadores de texto.”

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que alfabeto proposto por Dulce Fanha, para além dos fundamentos e princípios incontestáveis, herdados, aliás, do Colóquio de Mindelo, reflecte uma marcada preocupação sociolinguística, isto é, releva a aceitação por parte da comunidade como critério de peso na escolha dos símbolos.

- a do ALUPEC (1998) em que a particularidade fundamental consiste na harmonização dos dois modelos de alfabeto anteriores: o de base etimológica (com legitimidade histórica) e o de base fonológica com legitimidade económica, sistemática e funcional.

E o Alfabeto Cabo-Verdiano (2009): considerando-se o ALUPEC – pela funcionalidade e utilidade demonstradas; pelo interesse académico, social e cultural do que tem sido objecto; pela plasticidade na representação de toda as variantes da língua; por não ter tido a concorrência de nenhum outro modelo alfabético sistematizado e consistente – foi instituído, definitivamente, como Alfabeto Cabo-verdiano.

Veja-se a seguir o quadro-síntese das principais datas da valorização e tentativas de padronização da escrita e do alfabeto Cabo-Verdiano:

Datas	Títulos de Trabalhos	Autores
1888	Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se Fala na Ilha de Santiago	António de Paula Brito
1920	O Dialecto Crioulo: léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde	Napoleão Fernandes (publicado em 1991)
1932	Folclore Cabo-verdiano	Pedro Cardoso
1979	Iº Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde	
1989	Fórum Internacional de Alfabetização Bilingue	
1994	Criação da Comissão da Padronização do Alfabeto	
1998	Aprovação do Alfabeto Unificado Para a Escrita do Cabo-Verdiano	
2008	Mesa Redonda de Avaliação do ALUPEC e instituição do Alfabeto Cabo-verdiano	Publicado em Março de 2009, B.O. nº 16 de 11 de Março

Estas são as datas importantes e passos firmes dados em prol da valorização da língua Cabo-Verdiana, para além de outros estudos e investigações de diferentes individualidades nacionais e estrangeiras. Há imensos trabalhos científicos que foram surgindo e ainda a introdução do Cabo-Verdiano como objecto de estudo nas Escolas estrangeiras e no país, desde a então Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário e o ex – Instituto Superior de Educação.

Note-se que apesar de, ainda em Cabo Verde, não haver uma grafia oficial do Cabo-Verdiano – exceptuando o ALUPEC – não se podem ignorar nem a tradição de escrita, desde há mais de um século, tanto na literatura como nas manifestações espontâneas de população, nem as tentativas mais recentes de normalização da grafia. A ortografia tem de ser estabelecida em favor da comunidade que a usa, na escrita como na leitura, e não contra os seus interesses. (cf., a esse propósito, O Projecto Experimental para Alfabetização Bilingue, Pereira 1992).

Assim, torna-se necessário tomar uma posição e decisão para unificar a sua escrita, de forma a definir uma ortografia para a sua standardização e para isso, é indispensável que haja uma política linguística que favoreça a standardização global da língua e que estimule a participação da sociedade, de forma orientada e dinâmica.

BIBLIOGRAFIA

A. A. GLEASON. Jr. **Introdução à Linguística Descritiva**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 1961.

BAGNO, Marcos. "A Língua de Eulália: Uma Novela Sociolingüística

Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série – nº 48 – Sup. – 31 de Dezembro de 1998 (Decreto-Lei nº 67/98.

----- I Série – nº 46 – 14 de Novembro de 2005 (Resolução nº 48/2005).

--- ----- I Série – nº 11 – 16 de Março de 2009 (Decreto-Lei nº 8/2009).

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa – 1875. Lisboa. Imprensa Nacional. 1880. 2ª Série – nº 3.

CAGLIARI, L.C. **Diante das letras**. Campinas, Mercado das Letras, 1999

CARDOSO. Eduardo Augusto. **O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde**. (1989)

CARDOSO. Ana Josefa Gomes. **As interferências Linguísticas do Caboverdiano no processo de aprendizagem do português**. Universidade Aberta. Lisboa, 2005.

CARREIRA. António. **O Crioulo de Cabo Verde – surto e expansão**. (1982)

CARDOSO. Pedro. **Folclore Caboverdiano**. Solidariedade Caboverdiano. 1983

DELGADO. Carlos Alberto. **Crioulo de Cabo Verde: situação linguística da zona do Barlavento**. INBL. Praia: 2008.

DUARTE. Dulce Almada. **Bilinguismo ou Diglossia?** Spleen Edições, 2ª ed. Praia, Cabo Verde: 2003.

DUARTE. Inês. **Língua Portuguesa: instrumentos de análise**. Universidade Aberta. Lisboa: 2000.

FANHA. Dulce. **Proposta de gramática para ortografia do léxico da Língua Caboverdiana**. MEC-DEC. Cabo Verde: 1991.

FARIA. Isabel Hub (org). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Ed. Caminho. Coleção Universitária, série Linguística. Lisboa 1996.

FERNANDES. Gabriel. **Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do CV crioulo**. Editora da UFSC & IBNL. Praia: 2006.

FROMKIN. Victoria & RODMAN. Robert. **Introdução à Linguagem**. Almedina. Coimbra: 1993.

GALLISON. R. e COSTE. D. **Dicionário de Didáctica das Línguas**. Almedina. Coimbra: 1983.

Grupo para a padronização do Alfabeto: proposta de bases do alfabeto unificado para a escrita do cabo-verdiano. IIPC. Praia: 2006.

Mesa Redonda sobre Identidade Kultural (10-15 de Junho de 1985). Praia

MOUNIN. Georges. **Introdução à Linguística**. Livros Horizontes. Outubro de 1997.

PEREIRA. Dulce et ali. **Diversidade Linguística na Escola Portuguesa**. Projecto de Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. ILTEC. S/d.

----- **Projecto de Alfabetização Bilingue**. Ministério da Educação. Direcção Geral de Educação Extra-Escolar. Praia 1992.

PEREIRA. Dulce & TOMÁS. Maria Isabel. **Os espaços do crioulo, textos nos crioulos de base portugueses**. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portuguesas s/d.

PAUL. Hermann. **Princípios Fundamentais da história da língua**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 1966.

QUINT. Nicolas. **Dictionnaire Cap-verdien-Francais**. L'Harmattan 1999.

SANCHES. Maria de Fátima. **Atitude de alguns cabo-verdianos perante a língua materna**. INBL. Praia: 2005.

SEMEDO. Manuel Brito. **A Construção da Identidade Nacional**: análise da Imprensa entre 1877 e 1975. INBL. Praia: 2006

VEIGA. Manuel. **Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu**. IKL.1982

----- **A Sementeira**. Edições ALAC. 1988

- **O crioulo de Cabo Verde:** Introdução à gramática. (1995)
- **O Caboverdiano em 45 lições.** INIC. Praia: 2002.
- **A Construção do Bilinguismo.** INBL. Praia: 2004.
- **(Org. e Coord.). Iº Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde.** INIC. Praia: 2000.

ANEXO

OBRAS PUBLICADAS NA LCV AO LONGO DOS TEMPOS

Dos Primórdios a 1990			De 1990 a 1975 (IND)		
Data	Obras	Autores	Data	Obras	Autores
1880	Os dialectos românicos... cap. I “O crioulo da Ilha de	F. Adolpho Coelho	1957	O dialecto crioulo de Cabo Verde	Baltazar Lopes da Silva

	Santiago”				
1886	O Crioulo de CV: breves estudos sobre o crioulo de CV	Joaquim Vieira Botelho da Costa & José Duarte Custódio	1961	CV. Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago	Dulce Almada Duarte
	A parábola do filho pródigo		1969	O dialecto crioulo – léxico do dialecto crioulo CV	Armando Napoleão Rodrigues Fernandes
1887	Dialectos crioulos-port. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na Ilha de Sant. CV	A. de Paula Brito	1975	The Creole dialect of island of Brava	Deirdre Meintel

De 1975 até 2009		
Data	Obras	Autores
1979	A linguistic approach to the capeverdean language	Donaldo Pereira Macedo
1982	O Crioulo de CV – surto e expansão	António Carreira
1982	<i>Left-dislocation and topicalization in Capeverdean creole</i>	Maria Luiza Braga
1985	<i>Variation and change in the verbal system of Capeverdean crioulo</i>	Iziane Santos Silva
1989	<i>O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde</i>	Eduardo Augusto Cardoso
1991	<i>Kabuverdianu: Elementaria seiner TMA-Morphosyntax im lusokreolischen</i>	Petra Thiele

	<i>Vergleich</i>	
1992	O princípio da parcimónia em crioulo de Cabo Verde	Dulce Pereira
1995	<i>O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática</i>	Manuel Veiga
1998	<i>Bilinguismo ou Diglossia</i>	Dulce Almada Duarte
	<i>Dicionário Caboverdiano-Português, Variante de Santiago</i>	Nicolas Quint Abrial
	<i>Dicionário Caboverdiano-Português, Variante de Santiago</i>	Nicolas Quint Abrial
2000	<i>Le créole du Cap-Vert. Etude grammaticale descriptive et contrastive</i>	Manuel Veiga
2000	<i>Le Cap-Verdien: Origines et devenir d'une langue métisse</i>	Nicolas Quint Abrial